



INSTITUTO
UNIVERSITÁRIO
DE LISBOA

Framing e Enviesamento Mediático na Cobertura do Conflito Israelo-Palestiniano: Uma Análise Comparativa entre o Le Monde Diplomatique e o Observador

Helena Isabel de Sousa Bento

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora: Professora Doutora Maria Cláudia Silva Afonso e
Álvares, Professora Associada (com Agregação), ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

Departamento de Sociologia

Framing e Enviesamento Mediático na Cobertura do Conflito
Israelo-Palestiniano: Uma Análise Comparativa entre o Le Monde
Diplomatique e o Observador

Helena Isabel de Sousa Bento

Mestrado em Comunicação, Cultura e Tecnologias da Informação

Orientadora: Professora Doutora Maria Cláudia Silva Afonso e
Álvares, Professora Associada (com Agregação), ISCTE – Instituto
Universitário de Lisboa

Outubro, 2025

Ao povo palestino.

Agradecimento

Aos meus pais, Marina e Luís, por me ensinarem, desde cedo, o valor da curiosidade, da cultura e da liberdade. Por sempre me incentivarem a seguir o que gosto e apoiarem, sem hesitação, os meus sonhos.

À minha irmã Inês, a minha melhor amiga, confidente e conselheira — a minha pessoa.

Ao João, pelo amor, apoio e paciência.

À Laura pela amizade incondicional.

À Leonor, a minha querida sobrinha, cuja alegria e ternura me lembram todos os dias aquilo que realmente importa.

Por último, mas não menos importante, expresso a minha profunda gratidão à Professora Cláudia Álvares, pelo conhecimento que partilha com os seus alunos e pela orientação e apoio ao longo de todo o processo de elaboração deste trabalho.

Resumo

Esta dissertação analisa comparativamente a cobertura jornalística do conflito israelo-palestiniano nos jornais *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa) e *Observador*, entre 7 de outubro e 7 de novembro de 2023 e do mesmo período em 2024. Partindo dos conceitos de *framing* e enviesamento mediático, procurou-se compreender de que modo diferentes orientações editoriais moldam narrativas sobre este conflito. A investigação recorreu a análise de conteúdo temática com abordagem dedutiva, apoiada no software MAXQDA, incidindo sobre 42 artigos. Em 2023, face ao elevado número de textos publicados pelo *Observador*, analisou-se um conjunto representativo de 14 artigos, enquanto no *Le Monde Diplomatique* e em 2024 foram incluídos todos os textos disponíveis. No total, codificaram-se 660 excertos, organizados em categorias como narrativas principais, seleção temática, linguagem e fontes citadas.

Os resultados evidenciam diferenças significativas. O *Observador* constrói uma narrativa centrada na vitimização de Israel, na demonização do Hamas e na legitimação da ação militar israelita, recorrendo a linguagem emocional e moralizante. O *Le Monde Diplomatique* ancora a sua leitura em processos históricos de longa duração, enfatizando ocupação, bloqueio a Gaza e ausência de soberania palestina, com recurso a categorias do direito internacional. Apesar da divergência de estilos, ambos revelam enviesamentos, ainda que de sentido oposto.

Conclui-se que o discurso jornalístico não se limita a relatar acontecimentos, mas molda percepções públicas e legítimas interpretações políticas. Futuras investigações poderiam alargar o corpus a outros meios portugueses e explorar a receção destas narrativas pelos públicos.

Palavras-chave: conflito israelo-palestiniano; *framing*; enviesamento mediático; jornalismo português; análise de conteúdo

Abstract

This dissertation compares the journalistic coverage of the Israeli–Palestinian conflict in *Le Monde Diplomatique* (Portuguese edition) and *Observador* between 7 October and 7 November 2023 and the same period in 2024. Drawing on the concepts of framing and media bias, the study examines how distinct editorial orientations shape narratives about the conflict. A thematic content analysis with a deductive approach was conducted using MAXQDA, based on a corpus of 42 articles. In 2023, due to the high volume of publications in *Observador*, a representative sample of 14 articles was selected, while all texts were included from *Le Monde Diplomatique* and from the 2024 corpus. In total, 660 excerpts were coded and organized into categories such as main narratives, thematic selection, language, and sources.

Findings reveal marked differences. *Observador* constructs a narrative focused on Israel's victimization, the demonization of Hamas, and the legitimization of Israeli military action, often framed through emotional and moralizing language. *Le Monde Diplomatique*, by contrast, anchors its coverage in long-term historical processes, emphasizing occupation, the Gaza blockade, and the absence of Palestinian sovereignty, frequently mobilizing categories of international law. Despite these contrasting styles, both outlets display bias, albeit in opposing directions.

The study concludes that journalistic discourse not only reports but actively shapes public perceptions and legitimizes political interpretations. Future research could broaden the corpus to include a wider range of Portuguese media and explore audience reception of these narratives, thereby assessing how mediated frames influence social and political understandings of the conflict.

Keywords: Israeli–Palestinian conflict; framing; media bias; Portuguese journalism; content analysis

Índice

Agradecimento	i
Resumo	iii
Abstract	v
CAPÍTULO 1. Introdução	1
CAPÍTULO 2. Revisão da Literatura	5
1. Contexto Histórico do Conflito Israelo-Palestiniano	5
2. Framing	6
3. Teoria do Agenda-Setting	8
4. Enviesamento Mediático	8
5. <i>Framing e Enviesamento Mediático no Contexto do Conflito Israelo-Palestiniano</i>	9
5.1. Enviesamento mediático e framing a partir de 7 de outubro de 2023	12
6. Cenário mediático português	13
7. Produção académica sobre o conflito israelo-palestiniano nos media portugueses	14
CAPÍTULO 3. Abordagem Metodológica	17
1. Justificação dos Jornais Escolhidos	17
1.1. Contraste Ideológico e Editorial	17
1.2. Diversidade de Formatos e Rotinas Produtivas	17
2. Delimitação Temporal da Amostra	18
3. Metodologia	18
4. Técnicas de recolha e análise de dados	19
5. Grelha de análise	20
CAPÍTULO 4. Resultados e Discussão	21
1. Características Estilísticas	22
2. Narrativas Principais	22
2.1. Palestina como vítima	22
2.2. Israel/Judeus como vítimas	23
2.3. Suposições sobre a origem do conflito	24
2.4. Identificação de Vilões (Hamás/Palestina)	25
2.5. Identificação de Vilões (Israel)	26
2.6. Identificação de Heróis (Israel)	27
3. Seleção e Saliência	28
3.1. Análise de Títulos	28
3.2. Seletividade de aspetos do conflito	29

3.2.1 Omissão de eventos/atores	29
3.2.2. Presença de Contexto Histórico.....	30
4. Linguagem Tendenciosa	31
4.1. Crítica ao Irão	31
4.2. Crítica à Esquerda	32
4.3. Crítica à Direita	33
4.4. Crítica à Comunicação Social	33
4.5. Atribuição de Culpa Implícita ao Hamas/Palestina	34
4.6. Atribuição de Culpa Implícita a Israel	35
4.7. Utilização de termos com carga emocional	36
5. Fontes Citadas	37
Singularidade do caso português: tradição opinativa, dependência de agências e perfis editoriais	38
Comparação entre 2023 e 2024	39
CAPÍTULO 5. Conclusões.....	41
Referências Bibliográficas	45
Anexos	49
Anexo I - Grelha de Operacionalização de Conceitos	49
Anexo II – Grelha de Códigos.....	50
Anexo III – Matriz de Códigos por Jornal e Ano	51
Anexo IV - Distribuição de Títulos e Frequência por Meio de Comunicação	52

CAPÍTULO 1

Introdução

A 7 de outubro de 2023, o Hamas – Movimento Islâmico que governa a Faixa de Gaza – lançou um ataque surpresa contra Israel. Cerca de 1200 pessoas foram mortas e aproximadamente 240 reféns foram levados para território palestino. Em resposta, Israel deu início a uma ofensiva militar de grande escala, marcada por bombardeamentos sem precedentes em Gaza. Entre 7 de outubro de 2023 e 15 de outubro de 2025, pelo menos 67,938 palestinos foram mortos e 170,169 ficaram feridos (United Nations Relief and Works Agency [UNRWA], 2025).

Desde aí, o conflito israelo-palestino voltou a captar a atenção dos media internacionais, após a intensificação dos confrontos entre Israel e o Hamas. Este revés no ciclo de violência, que prossegue há décadas, não só provocou a morte de milhares de civis palestinos e israelitas, como reabriu antigas feridas cujo contexto histórico remonta ao processo de criação do Estado de Israel, em 1948. Desde então, o conflito israelo-palestino tem vindo a moldar as narrativas públicas, tendo impacto não só nas relações internacionais, mas também na própria opinião pública europeia, cada vez mais exposta a narrativas mediáticas polémicas e politizadas.

De acordo com Ibrar e Khan (2025) os media são imprescindíveis para a cobertura do conflito israelo-palestino. No entanto, esta cobertura é, muitas vezes, parcial e sensacionalista, o que aprofunda a polarização do conflito e dificulta a sua resolução pacífica.

Neste contexto, a presente dissertação propõe-se analisar comparativamente a cobertura do conflito israelo-palestino nos jornais *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa) e *Observador*, procurando compreender de que modo cada um enquadra discursivamente o conflito e identificar sinais de enviesamento mediático. Esta análise é particularmente pertinente dada a clara divergência ideológica e editorial entre os dois meios: o *Le Monde Diplomatique*, reconhecido pela sua orientação crítica e alinhamento com perspetivas de esquerda, e o *Observador*, cuja linha editorial é frequentemente associada à direita.

A importância desta investigação reside, assim, em múltiplas dimensões. Em primeiro lugar, permite aprofundar a compreensão do papel dos media enquanto meios ativos na construção de narrativas políticas e geopolíticas. Em segundo lugar, contribui para o debate académico sobre a relação entre jornalismo, poder e ideologia, ao explorar de que forma diferentes contextos editoriais moldam o enquadramento de um mesmo conflito. Finalmente, ao centrar-se na produção jornalística

portuguesa, a dissertação preenche uma lacuna relevante na literatura nacional, ainda escassa no que respeita ao estudo sistemático da cobertura mediática do conflito israelo-palestiniano.

Para atingir estes objetivos, a investigação apoia-se em dois conceitos fundamentais: o *framing* e o enviesamento mediático. O primeiro permite compreender os mecanismos através dos quais os media selecionam e destacam certos aspetos da realidade, construindo interpretações específicas dos acontecimentos. O segundo oferece ferramentas analíticas para identificar distorções sistemáticas na cobertura noticiosa, revelando tendências ideológicas e estratégias discursivas. A conjugação destes conceitos possibilita uma análise aprofundada do discurso jornalístico e das narrativas que estruturam a representação do conflito.

Assim, surgem as seguintes questões de investigação:

1. De que forma os jornais *Le Monde Diplomatique* e *Observador* enquadram o conflito israelo-palestiniano?
2. Existem sinais de enviesamento mediático nas suas coberturas?

Para responder às questões apresentadas foram definidos três objetivos principais:

1. Identificar as principais narrativas utilizadas por cada jornal nos dois períodos em análise.
2. Detetar sinais de enviesamento mediático explícito ou implícito, com base na seleção temática, linguagem utilizada e fontes privilegiadas.
3. Comparar a cobertura de 2023 com a de 2024, observando possíveis alterações na abordagem noticiosa um ano após o início do conflito.

Por último, a nível metodológico, este estudo recorre a uma análise de conteúdo temática com abordagem dedutiva. A análise incide sobre artigos do *Le Monde Diplomatique* (Edição Portuguesa) e textos de opinião do *Observador*, publicados em dois períodos específicos: entre 7 de outubro e 7 de novembro de 2023 e entre 7 de outubro e 7 de novembro de 2024. A codificação dos dados será realizada com o apoio do software MAXQDA, a partir de uma grelha de códigos previamente definidos, mantendo abertura à identificação de temas emergentes durante a análise.

A dissertação organiza-se de forma integrada para responder às questões de investigação e aos objetivos definidos. Após esta introdução, segue-se uma revisão da literatura que apresenta os conceitos de *framing* e enviesamento mediático, bem como a sua aplicação ao conflito israelo-palestiniano e ao panorama mediático português. Depois, a abordagem metodológica explicita os critérios de seleção da amostra, a grelha de análise e os procedimentos de codificação. O CAPÍTULO

seguinte articula a apresentação dos resultados com a sua discussão à luz da literatura. Por fim, a conclusão sintetiza os principais achados, reconhece limitações e propõe pistas para futuras investigações, garantindo uma visão panorâmica e coesa do trabalho.

CAPÍTULO 2

Revisão da Literatura¹

1. Contexto Histórico do Conflito Israelo-Palestiniano

Segundo Philo e Berry (2011), o conflito israelo-palestiniano encontra as suas raízes mais profundas na fundação do Estado de Israel, em 1948, altura em que centenas de milhares de palestinianos foram forçados a abandonar as suas terras. Ao longo de décadas, a narrativa oficial israelita defendia que este êxodo teria resultado de decisões voluntárias dos próprios palestinianos ou da orientação dos líderes árabes da região. Contudo, investigações mais recentes demonstram que uma grande parte desta população foi compelida a deixar as suas casas ainda antes do início formal das hostilidades, no âmbito de operações militares que visavam a destruição sistemática de aldeias árabes e o deslocamento das respetivas comunidades

Philo e Berry (2011) sublinham que, após 1948, a maioria dos palestinianos foi forçada a viver como refugiada nos países vizinhos, bem como na Cisjordânia e na Faixa de Gaza — territórios que acabariam por ser ocupados por Israel na sequência da Guerra dos Seis Dias, em 1967. A ocupação estendeu-se ainda a Jerusalém Oriental e às Colinas de Golã, acompanhada pela implementação sistemática de colonatos israelitas, reiteradamente considerados ilegais pela comunidade internacional e objeto de sucessivas condenações por parte das Nações Unidas.

Simultaneamente, Israel assumiu o controlo de recursos naturais fundamentais, com destaque para a água, cujos efeitos comprometeram gravemente a sustentabilidade económica dos territórios palestinianos, historicamente dependentes da agricultura enquanto setor-chave da sua economia. Apesar de sucessivas tentativas de mediação internacional — incluindo os Acordos de Oslo — a realidade manteve-se marcada pela forte presença militar israelita e pela imposição de rigorosas restrições à circulação de pessoas e mercadorias. Estas dinâmicas agravaram o conflito, contribuindo para o desencadear de duas grandes intifadas, em 1987 e em 2000.

O objetivo inicial de reconciliação entre as comunidades judaica e árabe não se concretizou. Segundo Kriesberg (2001), o conflito tornou-se progressivamente mais destrutivo, agravado por

¹ Embora a literatura analisada aponte de forma consistente para uma predominância da narrativa israelita na cobertura mediática internacional, esta seleção resulta do conjunto de estudos encontrados e não de uma intenção prévia de confirmar tal enviesamento.

sucessivas guerras, pelo recurso ao terrorismo e por dinâmicas que, em certos aspetos, aproximam-se das que caracterizaram a Guerra Fria.

Inicialmente centrado na disputa territorial entre judeus e palestinianos, o conflito evoluiu para um confronto identitário, no qual os líderes de ambas as partes promovem narrativas coletivas que contribuem para a intratabilidade da situação. Por um lado, os líderes judeus reivindicavam, através do sionismo, o direito a uma pátria judaica na Palestina; por outro, os líderes palestinianos procuraram recuperar o controlo sobre o território historicamente ocupado pelas suas comunidades (Kriesberg, 2001).

Chomsky (1999) argumenta que o apoio dos Estados Unidos e do Ocidente ao sionismo, aliado ao desrespeito pelo princípio da autodeterminação palestiniana, terá contribuído para a perpetuação do conflito, dificultando a perspetiva de uma resolução justa e pacífica. O autor sublinha que o apoio ideológico, diplomático e material a Israel reforçou as disputas territoriais e a luta pela soberania na Palestina.

2. Framing

A cobertura mediática de conflitos é frequentemente condicionada por envios ideológicos, políticos e culturais, que influenciam tanto as estratégias de *framing* como as práticas de *agenda-setting* (Ibrar & Khan, 2025). A seleção e o destaque dados a determinados aspetos da realidade acabam por promover uma interpretação específica dos acontecimentos junto do público, moldando a sua perceção do mundo.

Um dos conceitos centrais desta investigação é o *framing*, entendido, segundo Entman (1993), como o processo mediante o qual certos elementos da realidade são selecionados e realçados numa mensagem, de modo a promover uma determinada leitura dos acontecimentos. Os *frames* não só definem os problemas, como também identificam causas, avaliam moralmente os intervenientes e sugerem soluções, tornando certas informações mais salientes — e, portanto, mais visíveis, memoráveis e significativas para o público.

No desenvolvimento posterior da sua teoria, Entman (2007) sublinha que o *framing* constitui um processo narrativo coerente, através do qual os media articulam elementos selecionados da realidade para construir uma perceção consistente junto do público. Os *frames* não se resumem, assim, a meras estratégias retóricas ou a opções editoriais pontuais; funcionam, antes, como mecanismos estruturais que orientam a interpretação pública dos factos (Entman, 2007).

A saliência, tal como definida por Entman, pode ser intensificada através de mecanismos como a repetição, a colocação estratégica de elementos no texto ou a associação com símbolos culturais familiares. Esses elementos não existem apenas no conteúdo da mensagem, mas operam em várias dimensões do processo comunicativo: no comunicador, que escolhe como enquadrar a mensagem; no texto, onde o *frame* se manifesta; no recetor, cuja percepção é moldada por esquemas mentais prévios; e na cultura, que fornece os repertórios de significados partilhados (Entman, 1993). Como tal, Entman afirma que “o enquadramento presente num texto jornalístico é, na verdade, a marca do poder — ele regista a identidade dos atores ou interesses que competiram para dominar a narrativa” (1993, p. 55).

A relevância política do *framing* é também sublinhada por Iyengar (1994), que mostra como o público é particularmente vulnerável a pistas contextuais ao formar julgamentos sobre questões públicas. Segundo o autor, a complexidade dos temas políticos, aliada ao baixo nível de envolvimento do público, torna o enquadramento ainda mais poderoso. Iyengar (1994) distingue dois estilos principais de *framing* jornalístico: o episódico, que apresenta eventos isolados e casos individuais, favorecendo a responsabilização de atores específicos; e o temático, que insere os acontecimentos num contexto mais amplo, facilitando interpretações estruturais e sistémicas. Esta distinção é especialmente útil para analisar como os media moldam a percepção da responsabilidade em conflitos armados e questões sociais.

Complementando estas perspetivas, D’Angelo (2002) identifica quatro grandes objetivos empíricos nos estudos sobre *framing*:

(a) a identificação de unidades temáticas denominadas *frames*², (b) a investigação das condições antecedentes que produzem *frames*, (c) examinar de que forma os *frames* ativam, e interagem, com o conhecimento prévio de um indivíduo para afetar interpretações, lembrança de informações e tomada de decisões e avaliações, e (d) examinar de que forma os *frames* de notícias moldam processos sociais tais como a opinião pública (...). (p. 873)

Reese (2007) vai mais longe ao caracterizar o *framing* como uma ponte entre diversas metodologias, afirmando que o conceito não constitui um campo unificado, mas sim um modelo transversal que permite articular abordagens quantitativas e qualitativas, empíricas e interpretativas.

Liebes (1992) propõe uma análise detalhada dos mecanismos através dos quais os meios de comunicação constroem narrativas em contextos de guerra, afirmando que a lógica nacional influencia

² “Os frames são instrumentos conceptuais utilizados pelos media e pelos indivíduos para comunicar, interpretar e avaliar a informação” (Neuman et al., 1992, p. 60)

de forma significativa o enquadramento mediático. A autora identifica seis estratégias recorrentes de *framing*: *Excising* — eliminar da narrativa o ponto de vista do “outro lado”; *Sanitizing* — suavizar ou ocultar o sofrimento humano; *Equalizing* — simular um equilíbrio de forças em situações de clara assimetria; *Personalizing* — humanizar apenas o “nosso lado”; *Demonizing* — desumanizar o inimigo; e, ainda, *Contextualizing* — fornecer ou omitir intencionalmente o contexto histórico.

3. Teoria do Agenda-Setting

A teoria do *agenda-setting*, proposta por McCombs e Shaw (1972), sugere que os meios de comunicação influenciam a forma como o público percebe a importância dos temas políticos. Isto acontece não apenas através da escolha dos assuntos que são noticiados, mas pela forma como os mesmos são apresentados, isto é, o destaque, a frequência ou a localização nas peças jornalísticas. Como grande parte das pessoas conhece os candidatos e as questões políticas apenas pelos media, estes acabam por determinar os temas que estarão no centro do debate público. Lang e Lang (como citado em McCombs & Shaw, 1972) reforçam que os media não só direcionam a atenção do público para certos assuntos, como também contribuem para a construção da imagem pública dos protagonistas políticos.

Segundo Cohen (1963), apesar de os meios de comunicação social não dizerem ao público o que pensar, são eficazes a influenciar sobre que temas deve refletir.

4. Enviesamento Mediático

Para Nimmo e Combs (1992), os meios de comunicação de massas são um instrumento fundamental da democracia. Nos seus diversos formatos — rádio, televisão, jornais —, assumem-se como meios de união social, de formação dos cidadãos e de melhoria das decisões individuais e coletivas.

Contudo, Herman e Chomsky (1988) defendem que, mesmo nas democracias contemporâneas, os meios de comunicação, longe de garantir pluralismo e imparcialidade, funcionam frequentemente como veículos de propaganda, reproduzindo os valores e interesses das elites dominantes. Trata-se de uma influência subtil, dado que o controlo dos meios de comunicação se encontra concentrado em grupos económicos com poder para produzir e difundir informação, condicionando assim o debate público.

Cunha e Peixinho (2020) acrescentam que a ação do jornalismo tem vindo a alterar-se, tornando-o cada vez mais dependente de interesses externos à esfera jornalística. Esta dependência não se limita a forças e lideranças políticas, mas estende-se também a empresas de tecnologia e media,

enquadradas no capitalismo global. Deste modo, argumentam que a cobertura mediática de assuntos políticos raramente se desenrola num contexto verdadeiramente neutro e imparcial. A investigação neste campo demonstra que, em muitos casos, a informação fornecida por alguns jornalistas está impregnada de juízos de valor, enviesamentos e subjetividades (McNair, 1995).

Para que o trabalho jornalístico possa ser considerado objetivo, os profissionais da comunicação devem demonstrar uma genuína capacidade de se distanciarem dos pontos de vista expressos nos debates políticos, separando de forma clara as suas opiniões pessoais dos factos (McNair, 1995). McQuail (2010, p. 463) sublinha que um dos aspetos mais relevantes da imparcialidade é a neutralidade na apresentação das notícias, a qual implica, necessariamente, “separar os factos da opinião, evitar a utilização de juízos de valor ou de linguagem emocional”. Segundo o autor, em temas particularmente sensíveis, a seleção vocabular pode muitas vezes refletir juízos de valor, mesmo de forma inadvertida.

Um dos conceitos centrais desta investigação é o enviesamento mediático (*media bias*), cuja definição, mensuração e impacto continuam a suscitar debate no meio académico. Lichter (2017) refere que ainda não existe um consenso claro quanto ao significado preciso do termo, sendo este utilizado sobretudo como hipótese explicativa para padrões observados na cobertura noticiosa, mais do que como uma componente consolidada das teorias da comunicação política. O autor sublinha que o enviesamento mediático se traduz em distorções da realidade, favoritismos, abordagens unilaterais ou atitudes partidárias presentes na cobertura jornalística.

Apesar destas divergências, McQuail (1992) define enviesamento como uma tendência consistente de desvio face à verdade objetiva, manifestando-se numa propensão sistemática para favorecer um dos lados do espectro ideológico em detrimento do outro. No contexto jornalístico, o enviesamento “refere-se à tendência sistemática de favorecer um lado ou posição em detrimento do outro” (McQuail, 1992, p. 191).

5. Framing e Enviesamento Mediático no Contexto do Conflito Israelo-Palestiniano

Liebes e First (2003) observam que conflitos prolongados, como o do Kosovo ou o israelo-palestiniano, são inevitavelmente expostos à cobertura mediática. Os autores sublinham ainda que o atual panorama mediático diluiu as fronteiras entre os media nacionais e internacionais, tendência acentuada pela emergência de canais noticiosos globais como a BBC World e a CNN International a partir da década de 1990. Estes canais, ao informarem simultaneamente o público e os líderes políticos, possuem um potencial significativo para influenciar decisões políticas, fenómeno

amplamente ilustrado pelo chamado “efeito CNN”, em que imagens de sofrimento humano podem catalisar intervenções humanitárias (Liebes & First, 2003).

Contudo, a intervenção dos media em cenários de conflito nem sempre assume um papel positivo. De acordo com Sharmeen (2023), os media podem igualmente agravar a violência, enaltecer divisões sociais e reforçar estereótipos negativos através da seleção e do enquadramento tendenciosos das notícias. O destaque persistente na violência e nas fatalidades, em detrimento da promoção de soluções, contribui para a politização e a polarização do conflito.

Esta propensão para o enviesamento mediático torna-se particularmente evidente na análise da cobertura internacional de conflitos. A literatura demonstra que os media tendem a reproduzir os valores e interesses predominantes nos seus países de origem. Karniel et al. (2017) sublinham que, em contextos de forte polarização política, os enquadramentos noticiosos raramente são neutros, sendo marcados pela reprodução de visões ideológicas hegemónicas.

No caso específico do conflito israelo-palestiniano, identificam-se padrões claros de enviesamento mediático. As ações israelitas são frequentemente retratadas de forma positiva, enquanto as ações palestinianas tendem a ser caracterizadas como “terroristas” ou meramente estratégicas, resultado de uma abordagem que raramente oferece equilíbrio na representação das partes envolvidas (Karniel et al., 2017).

Um dos trabalhos fundamentais sobre este tema é o de Shupak (2018), que analisa de forma crítica a cobertura do *The New York Times* relativamente aos ataques israelitas à Faixa de Gaza, em 2014. O autor destaca que o enquadramento mediático dos episódios de violência neste contexto tende a centrar-se no “direito de Israel à autodefesa”, o que frequentemente legitima, de forma acrítica, as ações militares israelitas face à resistência palestiniana. No entanto, segundo Shupak (2018), esta narrativa omite o facto de muitos incidentes violentos terem sido iniciados por Israel, bem como a persistência da violência estrutural e da procura de supremacia étnica por parte do Estado israelita.

A leitura de Shupak (2018) insere-se num quadro mais amplo de crítica à cobertura mediática ocidental do conflito israelo-palestiniano, sugerindo que os *media mainstream* tendem a reproduzir narrativas favoráveis a Israel, reflexo da sua integração num sistema mediático global marcado pela hegemonia norte-americana e pelo capitalismo. O autor argumenta que o apoio dos EUA ao colonialismo de colonos israelitas é uma componente estratégica para a manutenção de influência na região, o que se reflete na cobertura noticiosa.

O estudo de Shupak (2018) destaca ainda que as narrativas mediáticas podem ser profundamente enganadoras, apresentando ao público uma visão simplificada em que a responsabilidade do conflito recai sobretudo sobre “extremistas”, obscurecendo a complexidade das dinâmicas em curso e marginalizando vozes moderadas ou críticas.

À semelhança do estudo realizado por Shupak, Jackson (2023) examina criticamente as narrativas anti-palestinianas presentes na cobertura do *The New York Times* das Primeira e Segunda Intifadas palestinianas, recorrendo à análise de conteúdo como metodologia central. A investigação revela a predominância de um sentimento anti-palestiniano significativo ao longo dos dois períodos analisados. Não obstante, durante a Segunda Intifada (de setembro de 2000 a fevereiro de 2005), registou-se um ligeiro aumento na representação positiva dos palestinianos, comparativamente ao que se verificou na Primeira Intifada (entre dezembro de 1987 e setembro de 1993), fenómeno atribuído sobretudo à maior diversidade na composição da equipa de redação.

Apesar desta ligeira evolução, a análise de Jackson evidencia que, tanto na Primeira como na Segunda Intifada, persistiu a prevalência da narrativa favorável a Israel. Observou-se, além disso, que a linguagem utilizada para descrever os palestinianos era marcadamente mais negativa e violenta. O autor destaca ainda o recurso sistemático a técnicas orientalistas, como a descontextualização dos acontecimentos e a seleção seletiva dos factos noticiados, reforçando estereótipos negativos e comprometendo o equilíbrio informativo.

Esta tendência de enviesamento não é exclusiva dos meios de comunicação norte-americanos. Shahzad et al. (2023) realizaram igualmente uma análise detalhada da forma como o conflito israelo-palestiniano é representado em canais mediáticos internacionais de grande relevância, nomeadamente a RT News, a Al-Jazeera, a BBC e a CNN. Recorreu-se à teoria do *framing* e ao método de análise de conteúdo para identificar enviesamentos e enquadramentos temáticos, abrangendo o período de julho de 2019 a julho de 2022.

Os principais resultados revelaram que a Al-Jazeera e a RT apresentaram uma cobertura mais favorável à perspetiva palestiniana: a Al-Jazeera registou 48% de enviesamento pró-palestiniano e a RT 32%, mantendo esta última 58% de cobertura considerada neutra. Em contrapartida, a BBC e a CNN destacaram-se pelo seu enviesamento significativamente pró-Israel, verificando-se 74% de tendência na BBC e 90% na CNN, com ambas as estações a concederem uma representação muito limitada à perspetiva palestiniana (Shahzad et al., 2023).

No que diz respeito aos enquadramentos temáticos, os autores constataram que tanto a Al-Jazeera como a RT evidenciaram uma inclinação para privilegiar aspetos de interesse humano, sendo que a RT apresentou também uma elevada proporção de conteúdos enquadrados sob a ótica da moralidade. Por outro lado, a BBC e a CNN apostaram maioritariamente no enquadramento de conflito, enfatizando as interações agressivas e violentas entre as partes envolvidas.

Conclui-se, assim, que a cobertura mediática do conflito israelo-palestiniano é fortemente condicionada pelo posicionamento geopolítico e pelos alinhamentos de política externa das organizações noticiosas em causa. Tanto a BBC como a CNN evidenciam uma tendência pró-Israel, reproduzindo frequentemente uma narrativa em que os palestinianos surgem como agressores e os israelitas como vítimas. Em contraste, tanto a RT como a Al-Jazeera tendem a favorecer a perspetiva palestiniana, orientando o seu enquadramento noticioso nesse sentido (Shahzad et al., 2023).

5.1. Enviesamento mediático e framing a partir de 7 de outubro de 2023

Desde os ataques do Hamas a Israel, a 7 de outubro de 2023, têm surgido estudos relevantes sobre as dinâmicas e tendências da cobertura mediática do conflito israelo-palestiniano. Entre os contributos mais importantes destaca-se o relatório de Hanif (2024), que apresenta uma análise crítica às narrativas jornalísticas que dominaram o primeiro mês após o início da guerra. Paralelamente, McGrady (2023) conduz uma investigação empírica dedicada especificamente às escolhas linguísticas utilizadas nos media nesse período, oferecendo uma perspetiva quantitativa sobre o enquadramento ideológico nos discursos noticiosos.

Uma das questões centrais assinaladas por Hanif (2024) diz respeito à importância do contexto na interpretação mediática dos acontecimentos. Sirhan (2021) enfatiza que a compreensão das narrativas exige necessariamente enquadramento contextual; sem este, os factos perdem significado e multiplicam-se as leituras erróneas. A análise de Hanif (2024) evidencia que, do ponto de vista israelita, o conflito começou com os ataques do Hamas em 7 de outubro, ao passo que, para a perspetiva palestiniana, esses acontecimentos são parte de um conflito estruturalmente contínuo e de longa duração.

Hanif (2024) sublinha que, embora os media possam focar-se legitimamente em incidentes pontuais, compete-lhes — especialmente se assumem uma postura de imparcialidade — fornecer o enquadramento histórico necessário para que o público compreenda as causas profundas dos eventos, sem que tal implique a justificação de qualquer ato de terrorismo. O autor critica a tendência de muitos órgãos de comunicação social para omitirem referências à ocupação e agressões israelitas sobre Gaza anteriores ao 7 de outubro, prejudicando assim a integridade informativa.

O relatório destaca ainda limitações no tratamento concedido a entrevistados palestinos: tentativas destes para contextualizar o conflito foram muitas vezes interrompidas ou menosprezadas, como se verificou na entrevista ao artista palestino Mustafa Sheta na Sky News.

No que se refere ao *framing*, Hanif (2024) observou que os media recorreram sistematicamente a uma linguagem mais carregada de emoção quando apresentavam vítimas israelitas, recorrendo a expressões como "terroristas" e "militantes" para classificar membros do Hamas, enquanto as forças israelitas eram retratadas de forma mais neutra. Além disso, notou-se uma predominância de perspetivas israelitas, com sub-representação de vozes e experiências palestinas e um maior destaque para o sofrimento dos civis do lado de Israel, enquanto os palestinos eram frequentemente apresentados de maneira mais passiva. Também se identificou uma maior presença de especialistas e comentadores israelitas ou pró-israelitas nos média, tendo as perspetivas palestinas sido marginalizadas (Hanif, 2024).

De acordo com Hanif (2024), este desequilíbrio de *framing* contribuiu para uma perceção pública distorcida do conflito e comprometeu a compreensão global dos acontecimentos.

Para além desta análise qualitativa, McGrady (2023) oferece uma abordagem quantitativa inovadora, examinando a frequência de determinados vocábulos em grupos mediáticos de diferentes orientações políticas. Constatou que os media de direita usam com maior frequência termos como "terror*" e evitam a designação "militante" ao referirem-se ao Hamas. Já os meios do centro e da direita tendem a omitir palavras como "ocupação" e "settle*". Curiosamente, o termo "genocídio" aparece tanto à direita como à esquerda – mas é pouco usado pelo centro. O termo "reféns" destacou-se nos media de direita, enquanto "cessar-fogo" foi mais frequente nos órgãos à esquerda. Por fim, "protestos" dominou a cobertura à direita, condicionada pelas críticas a manifestações pró-Palestina.

6. Cenário mediático português

Em Portugal, o jornalismo teve desde cedo uma relação estreita com os poderes instituídos e a construção de narrativas políticas. Como recordam Godinho e Pereira (2020), a primeira publicação periódica portuguesa — a *Gazeta*, em 1641 — surgiu num momento de necessidade de legitimação da Restauração da Independência nacional. Esta associação entre imprensa, poder e ideologia acompanha grande parte da história dos media portugueses.

Portugal insere-se no modelo pluralista polarizado, definido por Hallin e Mancini (2004), característico dos países mediterrâneos. Os autores explicam que nestes países os media tendem a ser

bastante politizados. Os jornais privilegiam o comentário e, muitas vezes, representam tendências políticas distintas.

No caso português, a tradição de uma imprensa pluralista e politicamente envolvida foi interrompida durante o Estado Novo, mas ressurgiu de forma intensa com a Revolução de 1974. No contexto revolucionário, vários meios de comunicação foram assumidos por jornalistas politizados, e muitos jornais passaram a alinhar-se com partidos políticos emergentes, recebendo frequentemente apoio financeiro destes ou do Estado. Isto deveu-se, em parte, ao facto de muitos jornais terem pertencido a bancos, que, após a sua nacionalização, passaram para a esfera pública. Contudo, a partir da década de 1980, com a privatização de vários órgãos de comunicação social, verificou-se uma progressiva transição para um modelo mais comercial e uma redução do grau de partidarização da imprensa (Hallin & Mancini, 2004).

Apesar desta mudança estrutural, a cobertura jornalística portuguesa, sobretudo no que respeita à política internacional, continua a evidenciar limitações relevantes. A dependência de agências noticiosas como a Lusa, AFP e Reuters, limita a produção de conteúdo original e a presença de correspondentes no terreno. Santos (2010), apoia que esta dependência dificulta abordagens mais plurais e aprofundadas, levando à replicação de narrativas ocidentais dominantes, especialmente no que toca a conflitos como o israelo-palestiniano.

7. Produção académica sobre o conflito israelo-palestiniano nos media portugueses

Em Portugal, a produção académica dedicada ao estudo da cobertura mediática do conflito israelo-palestiniano permanece relativamente escassa. Apesar de se tratar de um tema com forte presença na agenda internacional e de gerar debate público relevante, a literatura nacional especializada nesta área é ainda limitada. Para além de algumas dissertações de mestrado com abordagens pontuais, não se identificam muitos estudos académicos que analisem o enquadramento noticioso deste conflito nos media portugueses.

Uma exceção notável é o projeto de Cardoso et al. (2024), que disponibilizou uma base de dados abrangente com todas as notícias publicadas nos principais jornais portugueses entre 7 de outubro e 7 de novembro de 2023, contendo menções ao conflito israelo-palestiniano, através de termos como “IDF”, “Hamás”, “Palestina”, “Israel” e “Gaza”.

Destaca-se também a dissertação de mestrado de Fatayer (2025), intitulada *“How the Portuguese news media presented Palestine and Palestinians post-October 2023: Público and Diário de Notícias as*

a case study”, que utilizou a análise temática de conteúdo e a teoria do *agenda-setting* para examinar como os dois principais jornais nacionais construíram narrativas sobre a Palestina no mesmo período.

CAPÍTULO 3

Abordagem Metodológica

1. Justificação dos Jornais Escolhidos

1.1. Contraste Ideológico e Editorial

De acordo com Harvey (2008), o *Le Monde Diplomatique* é um jornal de edição mensal francês, que foi, em 1954, criado por Hubert Beuve-Méry. Este jornal tem um formato longo e inclui nas suas edições fotografias artísticas coloridas e arte. É um dos jornais globais anticapitalistas mais importantes do mundo e, geralmente, contém longos artigos de análise política e, muitas vezes, um *dossier* de artigos sobre o mesmo assunto ou país.

A linha editorial do *Le Monde Diplomatique* pode ser considerada como à esquerda ou alinhada com o partido socialista francês (Harvey, 2008). O jornal assume frequentemente posições críticas em relação à política externa de Israel e à ocupação dos territórios palestinianos. Segundo Ogassawara (2019, p.1), o *Le Monde Diplomatique* “cristalizou-se como elemento-chave do movimento francês de solidariedade à Palestina”. Para além disso, os editores do jornal possuem um elevado nível de capital cultural, assim como doutoramentos (Harvey, 2008).

Por outro lado, o *Observador* representa um caso paradigmático do jornalismo digital português contemporâneo, com uma conotação política associada à direita portuguesa (Marques, 2020). O *Observador* assume-se como um jornal de referência no espaço digital português, com uma linha editorial que privilegia valores ocidentais, a defesa da democracia liberal e uma abordagem factual e analítica aos temas internacionais (Garcia et al., 2018). Esta diferença de posicionamento ideológico permite analisar de que forma a orientação editorial influencia o *framing*. Tal como argumenta Entman (1993), os *frames* presentes nos textos jornalísticos refletem a “impressão do poder” (*imprint of power*), refletindo relações de poder e influências ideológicas presentes na produção noticiosa. Assim, é fundamental considerar que os valores editoriais e ideológicos dos media influenciam o modo como os acontecimentos são enquadrados e apresentados ao público.

1.2. Diversidade de Formatos e Rotinas Produtivas

A escolha destes dois jornais permite ainda comparar dois modelos de produção jornalística distintos: o *Le Monde Diplomatique*, com uma periodicidade mensal e uma vocação para a análise aprofundada e de longo prazo, e o *Observador*, um diário digital que opera num ritmo acelerado,

orientado para a atualidade e para a resposta imediata aos acontecimentos. Isto é particularmente relevante quando se considera o impacto das rotinas produtivas no jornalismo. Tuchman (1978) observa que os jornalistas são, em grande medida, condicionados pelas *deadlines* e pela necessidade de responder rapidamente às exigências da atualidade. Assim, jornais com maior periodicidade, como o *Le Monde Diplomatique*, tendem a privilegiar a análise contextualizada e aprofundada, enquanto meios diários, pressionados pelo ritmo noticioso, recorrem a processos mais padronizados e imediatos de seleção e apresentação dos factos. Esta diferença de organização e de tempo disponível para a produção noticiosa pode influenciar diretamente o modo como os acontecimentos são enquadrados e o tipo de narrativa construída.

2. Delimitação Temporal da Amostra

Foram escolhidos dois momentos de análise para esta investigação: o mês imediatamente a seguir aos ataques de 7 de outubro, entre 7 de outubro e 7 de novembro de 2023, e um ano após a intensificação do conflito, entre 7 de outubro e 7 de novembro de 2024. Deste modo, pretende-se compreender se, após um ano de conflito contínuo e agravamento da violência, os meios analisados mantêm a mesma narrativa e posição editorial, ou se o discurso dos jornais sofre alguma transformação, nomeadamente no que diz respeito à linguagem e atribuição de culpa.

No caso do *Observador*, optou-se por analisar apenas os artigos de opinião publicados no período em análise. Esta decisão decorre do facto deste género jornalístico apresentar maior proximidade estilística e de conteúdo com os textos publicados no *Le Monde Diplomatique*, que se caracterizam por uma forte componente de análise política e crítica. Assim, assegura-se uma base de comparação mais equilibrada entre os dois jornais

3. Metodologia

De acordo com Bonone (2017), não há uma metodologia definida no que diz respeito à análise do *framing* na área da Comunicação. A autora refere a necessidade de identificar o tipo de enquadramento em estudo e os seus objetivos e só depois fazer o desenho de pesquisa com o método que se considerar mais adequado.

A análise do *framing* mediático envolve a análise de media impressa ou em formato digital, geralmente através de técnicas qualitativas e quantitativas de análise de conteúdo, como acontece em trabalhos como o de Shahzad et al. (2023).

Neste sentido, a metodologia adotada para prosseguir esta pesquisa será a análise de conteúdo, mais concretamente a análise de conteúdo temática. Segundo Krippendorff (2018:18), a análise de conteúdo diz respeito a uma “técnica de investigação que permite efetuar inferências válidas e replicáveis a partir de textos (ou outros materiais significativos) para os contextos da sua utilização”. Por outro lado, a análise de conteúdo temática é uma abordagem amplamente utilizada para identificar, organizar e interpretar padrões (temas) presentes num conjunto de dados. Segundo Ryan e Bernard (2000), a identificação de temas envolve a procura sistemática de repetições, metáforas, analogias, relações de causa-efeito e outros elementos significativos que emergem do discurso.

Kiger e Varpio (2020) sublinham que a análise temática é um processo flexível e rigoroso que permite ao investigador compreender tanto o conteúdo explícito como as mensagens subjacentes, sendo aplicável a diferentes tipos de dados e objetivos de pesquisa.

Segundo Braun e Clarke (2006) a análise temática possui 6 etapas: Familiarização; Codificação; Identificação de Temas; Revisão dos Temas; Definição e Nomeação dos Temas; e Redação.

Neste estudo, a análise será conduzida segundo uma abordagem dedutiva, ou seja, partindo de uma grelha de categorias previamente definidas com base na teoria do *framing* e em estudos empíricos anteriores. Como explicam Semetko e Valkenburg (2000), esta abordagem permite medir a ocorrência de determinados *frames* de forma replicável, facilitando a comparação entre diferentes meios de comunicação e assegurando consistência na codificação. Não obstante, seguindo a recomendação de Guest et al. (2012), o procedimento manterá abertura à identificação de categorias emergentes durante a leitura minuciosa dos artigos, sem comprometer a coerência da estrutura dedutiva – “um livro de códigos nunca está realmente finalizado até o último texto ter sido codificado” (p.12).

4. Técnicas de recolha e análise de dados

Serão alvo de análise todos os artigos publicados no *dossier* “Israel-Palestina: E depois de tudo arder?”, presentes na Edição de Novembro de 2023 do *Le Monde Diplomatique*. No caso do *Observador*, a análise incidiu exclusivamente sobre artigos de opinião publicados entre 7 de outubro e 7 de novembro de 2023. Contudo, dado o elevado volume de publicações nesse período (54 artigos) tornou-se necessário proceder a uma seleção criteriosa de uma amostra representativa. Com o objetivo de assegurar comparabilidade com o *Le Monde Diplomatique* (cuja edição de novembro de 2023 inclui onze textos no dossier dedicado ao conflito), optou-se por limitar a amostra do *Observador* a catorze artigos.

A seleção seguiu um conjunto de princípios metodológicos destinados a assegurar a representatividade e a diversidade do corpus. Em primeiro lugar, procurou-se incluir textos de diferentes autores, evitando a concentração excessiva em colunistas particularmente prolíficos. Em segundo lugar, privilegiou-se a heterogeneidade de pontos de vista e de abordagens, garantindo que a amostra refletisse a pluralidade de perspectivas existentes no jornal. Por fim, todos os artigos selecionados abordam de forma direta e substantiva o conflito israelo-palestiniano, excluindo-se textos com referência apenas diagonal ao tema.

Esta estratégia assegura que o corpus analisado é suficientemente diversificado e representativo da produção de artigos de opinião do Observador no período em análise, ao mesmo tempo que mantém a comparabilidade com o conjunto textual do *Le Monde Diplomatique*.

Por outro lado, entre 7 de outubro de 2024 e 7 de novembro de 2024, o número de artigos publicados foi menor. O *Observador* publicou um total de 10 artigos de opinião sobre o tema e o *Le Monde Diplomatique* publicou um total de 7 artigos. Neste sentido, todos os artigos foram analisados.

Bardin (2000) explica que, no contexto da análise de conteúdo, o material deverá ser codificado. “A codificação corresponde a uma transformação (...) dos dados brutos do texto, transformação esta que, por recorte, agregação e enumeração, permite atingir uma representação do conteúdo, ou da sua expressão, suscetível de esclarecer o analista acerca das características do texto” (Bardin, 2000, p.103).

A codificação será realizada com recurso ao software MAXQDA, garantindo uma aplicação rigorosa e sistemática da grelha de análise. Apesar disso, haverá flexibilidade para registar possíveis categorias emergentes que surjam da leitura atenta dos dados, sem comprometer a estrutura geral dedutiva da análise.

5. Grelha de análise

A partir da literatura consultada e das orientações do guia *How to Do a Frame Analysis of News Media* (Streeter, 2009) foi desenvolvida uma grelha de codificação inicial (ver Tabela A1, Anexo I) que funcionará como *template* inicial para a codificação, permitindo comparabilidade entre os dois jornais e entre os períodos analisados, mas mantendo abertura a ajustes durante a análise.

CAPÍTULO 4

Resultados e Discussão

A análise foi realizada com recurso ao software MAXQDA, através de uma grelha de códigos desenvolvida a priori. No entanto, no decorrer da codificação, verificou-se a necessidade de criar subcódigos adicionais, designadamente *Israel/judeus como vítimas* e *Palestina como vítima*, bem como *Crítica à Esquerda*, *Crítica à Direita*, *Crítica ao Irão* e *Crítica à Comunicação Social*, narrativas que foram recorrentemente utilizadas nos artigos em análise.

A lista de códigos desenvolvida (Ver Tabela A2, Anexo II) procurou captar aspetos relevantes do *framing* e do enviesamento mediático no contexto do conflito israelo-palestiniano. Deste modo, criaram-se 5 códigos de primeiro nível: (1) Características Estilísticas; (2) Narrativas Principais; (3) Seleção e Saliência; (4) Linguagem Tendenciosa; e (5) Fontes Citadas. Cada um destes códigos de primeiro nível possui vários subcódigos que permitem captar diferentes dimensões do discurso dos jornais em análise.

O código de primeiro nível ‘Características Estilísticas’, subdivide-se em três subcódigos ‘Modos de referência a indivíduos’, ‘Modos de referência a grupos’ e ‘Modos de referência a territórios’. Estes permitem analisar a forma como os diferentes atores são nomeados, categorizados ou rotulados.

O código “Narrativas Principais” inclui sete subcódigos: “Palestina como vítima”, “Israel/Judeus como vítimas”, “Suposições sobre a origem do conflito”, “Identificação de vilões (Hamás/Palestina)”, “Identificação de vilões (Israel)”, “Identificação de heróis (Palestina)” e “Identificação de heróis (Israel)”. Estes subcódigos permitem identificar a atribuição de narrativas (vítima, herói, vilão) às partes em conflito, bem como explicações sobre as causas do mesmo.

O código de primeiro nível “Seleção e Saliência” subdivide-se em dois grupos: títulos (“Título emocional”, “Título valorativo/avaliativo”, “Título irónico/sarcástico”, “Título factual/descritivo” e “Título crítico”) e seletividade (“Omissão de eventos/atores” e “Presença de contexto histórico”).

Por outro lado, o código “Linguagem Tendenciosa” possui como subcódigos “Crítica ao Irão”, “Crítica à Esquerda”, “Crítica à Direita”, “Crítica à Comunicação Social”, “Atribuição implícita de culpa ao Hamás/Palestina”, “Atribuição implícita de culpa a Israel” e “Utilização de termos com carga emocional”.

Por último, o código “Fontes Citadas” subdivide-se em dois códigos: “Predominância de Fontes Médio-Orientais” e “Predominância de Fontes Ocidentais/de Israel”.

No total, foram codificados 660 excertos (Ver Tabela A3, Anexo III). Uma análise quantitativa preliminar permite verificar uma forte concentração de excertos codificados nos códigos “Utilização de termos com carga emocional”, “Crítica à Comunicação Social”, “Identificação de Vilões (Hamás/Palestina)”, “Presença de Contexto Histórico” e “Atribuição implícita de culpa ao Hamás/Palestina”.

1. Características Estilísticas

Embora com menor expressão numérica (24 segmentos), o código “Características Estilísticas” é exclusivo do *Observador* que recorre a designações fortemente marcadas para caracterizar os atores do conflito. Identificaram-se três subdimensões: referência a indivíduos, a grupos e a territórios.

Nos modos de referência a indivíduos, o *Observador* utiliza expressões de forte desvalorização, como “bárbaros”, “torcionários sádicos do Hamás” ou “facínoras do Hamás”. Estes excertos reforçam uma moralização do conflito, atribuindo aos membros do Hamás uma crueldade absoluta.

Nos modos de referência a grupos, esta tendência é ainda mais evidente: o Hamás surge descrito como “terroristas”, “organização terrorista” ou “movimento terrorista”. Um exemplo particularmente revelador é a formulação “Hamás é o herdeiro das políticas nazis de Hitler contra os judeus”, que amplia a carga demonizadora ao associar o grupo diretamente ao nazismo.

Quanto aos modos de referência a territórios, o *Observador* recorre frequentemente a imagens metafóricas e simplificadoras. Israel é descrito como “uma porção de terra rodeada de terroristas por todo o lado menos por um”, enquanto Gaza é caracterizada como “uma base militar e plataforma terrorista para atacar Israel”. Estas formulações apagam a dimensão civil e social dos territórios, representando-os apenas como espaços estratégicos de guerra.

2. Narrativas Principais

2.1. Palestina como vítima

O subcódigo “Palestina como vítima” foi identificado em ambos os jornais, embora com nuances significativas no tom e na função discursiva.

No *Observador*, a vitimização palestiniana aparece pontualmente, mas geralmente de forma mitigada ou secundária em relação à centralidade da narrativa de Israel como vítima. Quando surge,

tende a enquadrar os palestinos como sujeitos de sofrimento colateral ou estrutural, mais do que como protagonistas políticos. Exemplos disso são as formulações “mais de 20 mil na Palestina são danos colaterais demasiado grandes” ou “Israel já marcou a sua posição e os palestinos já pagaram pelo desastre que um punhado de homens decidiu realizar”. Noutros casos, há imagens mais emocionais, como “Cada criança de Gaza que vemos hoje nas televisões, ensanguentada ou coberta de pó (...) é uma vítima”, mas que aparecem em textos de opinião que rapidamente reorientam o foco para a condenação do Hamas. Assim, no *Observador*, a condição de vítima palestina é reconhecida, mas frequentemente instrumentalizada para reforçar a ideia de que os seus líderes (Hamas, elites árabes) são os verdadeiros responsáveis pelo sofrimento — “Os países árabes vizinhos estão a borrifar-se para os palestinos”.

No *Le Monde Diplomatique*, a narrativa da vitimização palestina é muito mais recorrente e consistente, estruturando uma leitura política do conflito. Expressões como “Nunca, desde 1948, o seu futuro pareceu estar tão ameaçado” ou “a Faixa de Gaza (...) vive em constante sufoco e privação de liberdades básicas” evidenciam a ênfase na ocupação, repressão e ausência de soberania. A opressão atual é ligada a processos de longa duração (“Enquanto a sociedade civil palestina se confronta com uma repressão e um desenraizamento de dimensões inéditas desde 1948”; “o bloqueio israelo-egípcio proíbe qualquer soberania”). Além disso, o LMD problematiza a desvalorização mediática ou internacional do sofrimento palestino, como em “a situação no Médio Oriente só é considerada preocupante quando os palestinos deixam de ser os únicos a sofrer actos de violência” ou “não manifesta a mesma compaixão quando os crimes de guerra têm palestinos como alvo”.

Ou seja, no *Observador* os palestinos aparecem como vítimas sobretudo em termos humanitários, mas essa vitimização é enquadrada como consequência das escolhas dos seus líderes ou do contexto regional. Já no *Le Monde Diplomatique*, os palestinos são retratados como vítimas estruturais, fruto das políticas de ocupação.

2.2. Israel/Judeus como vítimas

A categoria “Israel/Judeus como vítimas” revela-se particularmente forte no *Observador*, contrastando com a frequência mais reduzida do subcódigo “Palestina como vítima”. O enquadramento dado pelos artigos reforça sistematicamente a vulnerabilidade histórica, existencial e contemporânea de Israel e do povo judeu.

A vitimização é construída através de três eixos principais:

1. A evocação do Holocausto e da perseguição histórica dos judeus, estabelecendo paralelos diretos entre o 7 de outubro e o genocídio nazi. Excertos como “o maior número de judeus mortos num só dia desde o horror do Holocausto” ou “se o Hamas tivesse poder suficiente, mataria todos os habitantes judeus de Israel e causaria um segundo Holocausto” reforçam a continuidade da narrativa da ameaça existencial.
2. A centralidade de Israel como alvo do antissemitismo contemporâneo, onde o discurso associa críticas ou manifestações pró-palestinianas ao ódio contra judeus. Exemplos disso são “orgia sangrenta de antissemitismo”, “pelo velho demónio do antissemitismo” ou “o que eles querem (...) é que não reste um único judeu”.
3. A defesa da legitimidade da reação israelita, que se constrói a partir da vitimização: “O direito à defesa de um país soberano é inalienável. Israel não invadiu, Israel não agrediu, Israel defendeu-se e está a defender-se” ou “Nesta guerra existencial, Israel tem o direito de se defender e de agir decisivamente sobre aqueles que buscam explicitamente sua destruição”.

Neste enquadramento, a violência praticada por Israel surge justificada pela sua condição de vítima. Quando se problematiza a proporcionalidade dos ataques (“Mas a força empregue por Israel é desproporcionada?”), a narrativa contra-argumenta que qualquer exigência de contenção equivaleria a exigir aos judeus que aceitassem “ser sovados, torturados e mortos”.

Observa-se uma diferença fundamental entre o *Observador* e o LMD, que não reproduz esta centralidade da vitimização israelita. Ainda que reconheça as perdas civis israelitas, a atenção recai sobretudo na violência sistemática sofrida pelo povo palestino, no bloqueio e na ocupação.

2.3. Suposições sobre a origem do conflito

O subcódigo “Suposições sobre a origem do conflito” revela diferenças marcantes entre os dois jornais. No *Observador*, a origem da guerra é atribuída quase exclusivamente ao Hamas, sendo o ataque de 7 de outubro de 2023 apresentado como o momento inaugural da violência. Um dos artigos sugere que Israel e os seus vizinhos como estando em paz antes desse dia (“Israel e seus vizinhos estavam em paz. Não havia guerra já há alguns anos”), e sublinha que foi o Hamas quem “decidiu, por uma ação terrorista especialmente brutal, quebrar a paz e desencadear a guerra”. A responsabilidade pela continuação do conflito é também remetida para o Hamas, o Hezbollah e o Irão (“mas só aqueles três atores podem parar a guerra que começaram”). Esta narrativa exclui fatores históricos e reforça a ideia de que a atual violência resulta de uma escolha deliberada de grupos terroristas.

O *Observador* vai além da culpabilização direta do Hamas e critica duramente qualquer tentativa de contextualizar os ataques. António Guterres, secretário-geral da ONU, é acusado de “flagrante deturpação da realidade” por ter sugerido que os ataques do Hamas se inserem num quadro mais amplo de injustiças históricas. Também o Irão surge como ator responsável, sendo identificado como financiador e mentor estratégico do Hamas e do Hezbollah (“as ações de Israel contra o Hezbollah e o Hamas são naturalmente justificadas (...), mas é também justificada a ação contra o Irão”).

Já no *Le Monde Diplomatique*, a narrativa sobre as origens do conflito distancia-se claramente deste enquadramento. O jornal critica a tendência mediática e política de reduzir a guerra a 7 de outubro, sublinhando que “silenciar o que aconteceu antes – colonizações, expulsões, assassinatos, destruições de poços e de colheitas, humilhações – significa apresentar sistematicamente Israel como uma vítima que se defende”. A responsabilidade pela escalada de violência é, portanto, contextualizada numa longa história de ocupação, desigualdade e violações de direitos, em vez de ser atribuída exclusivamente a um episódio isolado.

2.4. Identificação de Vilões (Hamas/Palestina)

O subcódigo “Identificação de Vilões (Hamas/Palestina)” foi um dos mais relevantes na análise, havendo um total de 74 segmentos codificados, dos quais 69 pertencem ao *Observador* e apenas 5 ao *Le Monde Diplomatique*. Esta discrepância é, por si só, reveladora: enquanto o *Observador* constrói de forma sistemática a imagem do Hamas como inimigo absoluto, o LMD recorre a este enquadramento apenas de forma pontual.

No *Observador*, a vilanização do Hamas domina o discurso e é feita através de uma linguagem altamente emocional e graficamente violenta. O ataque de 7 de outubro é descrito como “o pior massacre de judeus desde o Holocausto” e recorre a imagens de extrema brutalidade: “mais de 1200 foram assassinados, um a um, cara a cara, corpo a corpo, à bala, com arma branca ou queimados vivos”; “os terroristas do Hamas tinham um objectivo, acima de qualquer outro: espalhar o terror em Israel. Só isso explica a morte de 40 crianças, muitas decapitadas”. O Hamas é repetidamente qualificado como organização terrorista bárbara, cruel e desumana, responsável tanto por massacres diretos como por sacrificar a população de Gaza (“a vida dos palestinianos interessa-lhe pouco”, “usa deliberadamente a sua população civil como escudo humano”). Além disso, é descrito como ator ilegítimo e totalitário, subordinado ao Irão e com objetivos genocidiários: “se dispusesse do poderio militar de Israel, já tinha levado a cabo a aniquilação do Estado de Israel”.

No *Le Monde Diplomatique*, os poucos segmentos codificados não ignoram a violência do Hamas, mas o tom é substancialmente diferente. Os jornalistas referem, por exemplo, o “assalto assassino do Hamas contra Israel” e os “massacres cometidos no kibutz de Kfar Aza”, classificando essas ações como crimes de guerra e reconhecendo o impacto traumático sobre a sociedade israelita. Contudo, ao contrário do *Observador*, o LMD evita generalizações absolutas e não constrói uma retórica de vilão total. Os atos do Hamas são enquadrados como problemáticos também para a própria causa palestina, levantando dúvidas sobre o papel do movimento em negociações futuras.

2.5. Identificação de Vilões (Israel)

O subcódigo “Identificação de Vilões (Israel)” apresentou uma configuração oposta à do caso anterior. Enquanto a demonização do Hamas esteve fortemente concentrada no *Observador*, a construção de Israel como principal agente violento e opressor surgiu quase exclusivamente no LMD. Dos 33 segmentos identificados, apenas 1 pertence ao *Observador*.

O LMD descreve Israel como um ator que exerce violência estrutural e sistemática sobre os palestinos, muitas vezes com linguagem fortemente crítica e apoiada em categorias jurídicas e políticas. Os artigos acusam Israel de conduzir uma “guerra de ocupação colonial”, de impor um “regime de apartheid” e de estar envolvido em “massacres com dimensões genocidas”. Um dos textos chega a afirmar que a atual ofensiva israelita é “ilegítima e contrária ao direito internacional, passível de ser julgada por crimes de genocídio”.

Vários excertos destacam ainda a violência direta contra civis palestinos. Um exemplo marcante é o caso de Hanan Abdel Rahman Abu Salama, “mãe de família palestina de 59 anos que apanhava azeitonas quando foi atingida por um tiro nas costas por um atirador com uniforme israelita”. Outros textos referem bombardeamentos que atingem áreas residenciais e causam grande número de vítimas civis, incluindo “558 mortos em apenas 24 horas, entre os quais 50 crianças e 94 mulheres”. Também são citadas práticas de cerco e punição coletiva, como os cortes de água, comida e eletricidade a Gaza após 7 de outubro — um ministro israelita chega a declarar: “Estamos a lutar contra animais humanos e agimos em consonância”.

Para além da violência física, o LMD critica a lógica política do governo israelita, apresentando-o como um regime expansionista e repressivo, que visa “selar definitivamente o destino dos palestinos”, reforçando colonatos ilegais, promovendo detenções arbitrárias e recorrendo a uma estratégia de desgaste para inviabilizar qualquer solução justa para a Palestina. Netanyahu surge retratado de forma particularmente negativa, associado a um “triunfo sangrento” e a uma “guerra de

destruição e de reocupação de Gaza”, vista como impulsionada não apenas por razões militares, mas também por interesses políticos internos.

Já o *Observador* raramente constrói Israel como vilão central. O único segmento encontrado neste sentido surge num registo crítico, citando a afirmação de um ministro israelita que descreveu os palestinianos como “animais” – exemplo que aparece mais como nota de reprovação isolada do que como estrutura narrativa consistente. Fora isso, o jornal praticamente não responsabiliza Israel de forma sistemática, mantendo-se centrado na narrativa de autodefesa israelita e na culpabilização do Hamas.

2.6. Identificação de Heróis (Israel)

O enquadramento heroico de Israel surge sobretudo no *Observador*, que constrói uma imagem do país como bastião democrático, racional e moralmente superior face ao inimigo. Vários artigos descrevem Israel como uma sociedade livre, democrática e capitalista, ancorada nos valores do Ocidente e comprometida com o respeito pelo direito internacional e pela minimização de baixas civis. Esta ideia é reforçada por formulações explícitas, como quando se questiona: “porque não acreditam que Israel está a fazer todos os possíveis para causar o mínimo de baixas civis em Gaza?”, contrastando essa postura com a violência indiscriminada atribuída ao Hamas.

Um eixo central desta narrativa é a legitimidade da resposta militar israelita. Diversos textos afirmam que nenhum país agiria de forma diferente perante um ataque que matou mais de 1.400 cidadãos num só dia ou perante a necessidade de resgatar centenas de reféns. Afirma-se que Israel atua dentro de um conceito de proporcionalidade — “os israelitas só atacam quando a vantagem militar obtida justifica o risco de matar civis” —, sugerindo que a força empregue é a necessária para alcançar objetivos legítimos, como desmantelar a infraestrutura militar do Hamas ou proteger a sua população.

Outra dimensão desta construção heroica é o papel histórico de Israel como refúgio seguro para os judeus após séculos de perseguição. O Estado é apresentado como fruto de um projeto de proteção e dignidade, nascido para garantir que os judeus nunca mais dependeriam da “boa vontade de terceiros”. Este discurso liga-se a um imaginário de resiliência coletiva, no qual “ninguém deixa de combater quando o preço da paz é a morte”.

Também há um tom de reconhecimento pragmático do peso que Israel assume no conflito: “É Israel que, por todos, tem de sujar as mãos em Gaza”, numa lógica de que o país faz o “trabalho sujo” necessário para conter uma ameaça terrorista que põe em risco o Ocidente. A operação militar é assim

retratada como difícil, mas inevitável, e conduzida com racionalidade estratégica — “Israel tem racionalmente de retaliar de forma escalatória” —, sempre com o objetivo declarado de trazer reféns de volta, proteger fronteiras e enfraquecer grupos armados hostis.

No conjunto, o discurso heroico sobre Israel combina legitimidade moral, pragmatismo estratégico e resiliência histórica. O país aparece como guardião da democracia e da segurança judaica, agindo com contenção e proporcionalidade dentro de um cenário apresentado como existencial. Este enquadramento está ausente no *Le Monde Diplomatique*.

3. Seleção e Saliência

3.1. Análise de Títulos

Para compreender como cada jornal enquadra discursivamente o conflito israelo-palestiniano, analisaram-se também os títulos dos artigos, codificando-os segundo a sua função dominante:

- Emocional (apelo direto a sentimentos ou choque, ex.: “O 11 de Setembro de Israel”);
- Valorativo/Avaliativo (juízos ou apreciações explícitas, ex.: “A derrota do Hamas é importante para todos”);
- Irónico/Sarcástico (uso de sarcasmo ou provocação, ex.: “Israel tem direito a defender-se, desde que não o faça”);
- Factual/Descritivo (informação neutra, ex.: “Em directo dos canais de informação em contínuo”);
- Crítico (questionamento ou denúncia de falhas e enviesamentos, ex.: “Os jornais e a guerra: pouca história, muita opinião e alguma desinformação”).

No total, foram identificados 42 títulos: 24 no *Observador* e 18 no LMD, sendo que a distribuição revela padrões distintos (Ver Tabela A4, Anexo IV).

A análise mostra que a categoria “valorativo/avaliativo” é a mais frequente (17/42), tanto no *Observador* como no LMD. No entanto, o modo como cada jornal atribui valor difere. O *Observador* tende a reforçar leituras alinhadas com a narrativa israelita ou a dramatizar a ameaça do Hamas (“A derrota do Hamas é importante para todos”; “Para sobreviver, Israel tem de retaliar”), enquanto o LMD utiliza a avaliação sobretudo para enquadrar criticamente a ocupação e a violência por parte de Israel (“Que futuro para os palestinianos?”).

Outra diferença marcante é o tom emocional e irónico, predominante no *Observador* e quase ausente no LMD. O *Observador* recorre a títulos com apelo afetivo ou provocatório – como “O 11 de

Setembro de Israel”, “A exibição do terror”, “Isto só vai lá com um nazi em cada esquina” ou “Israel tem direito a defender-se, desde que não o faça” — que dramatizam o conflito e procuram impactar o leitor. Já o LMD apresenta um registo mais sóbrio, com apenas um título irónico em 2023 (“Bárbaros e civilizados”) e um emocional em 2024 (“O triunfo sangrento de Benjamin Netanyahu”).

Por contraste, o LMD destaca-se pelos títulos factuais/descritivos, sobretudo em 2023 (“Em directo dos canais de informação em contínuo”; “O espectro de um conflito regional”; “Um jornal não alinhado”).

3.2. Seletividade de aspetos do conflito

3.2.1 Omissão de eventos/atores

Este subcódigo surge exclusivamente no *Observador* e é utilizado para construir uma visão do conflito que simplifica o seu contexto histórico e político, ignorando elementos cruciais — como ocupação, bloqueio ou desigualdade de poder — e reforçando a ideia de que Israel apenas se defende de agressões externas.

Uma primeira tendência é a de apresentar Israel como um Estado essencialmente reativo e moralmente legitimado, reduzindo o conflito à sua necessidade de autodefesa. Um exemplo claro é o trecho: “O direito à defesa de um país soberano é inalienável. Israel não invadiu, Israel não agrediu, Israel não atacou. Israel defendeu-se e está a defender-se.”

Outra estratégia recorrente é a reformulação seletiva da cronologia do conflito. Afirma-se que antes de 7 de outubro reinava tranquilidade, e que a guerra começou exclusivamente com o ataque do Hamas: “Antes do 7 de Outubro, vivia-se ali fundamentalmente em tranquilidade e em paz; hoje, é este inferno. É ao Hamas e seus dirigentes que temos de pedir contas.” O jornal constrói a ideia de uma paz interrompida por um ato terrorista, simplificando causas mais complexas.

Há também uma transferência de responsabilidade para atores externos, sobretudo o Irão, apresentado como “mastermind do terrorismo mundial”: “O principal responsável é o Irão (...). Em segundo lugar surgem os responsáveis operacionais, o Hezbollah e o Hamas, procuradores e braços-armados do Irão.”

Em paralelo, o *Observador* critica duramente quem procura contextualizar o Hamas como um grupo de reação à ocupação, descrevendo essas leituras como “demagógicas” ou “mentirosas” — “Há televisões que chegam ao deslante de apelar as agressões do Hamas como reação à ‘violência estrutural sionista’ (...) estes jornalistas salientam as imagens das vítimas palestinianas (...) e

amplificam a propaganda de um grupo terrorista”. Deste modo, a explicação histórica e estrutural do conflito é desqualificada e substituída por um enquadramento moral binário — terroristas versus democracia.

Por fim, nota-se a reinterpretação do estatuto de Gaza, negando a existência de cerco e ocupação: “Gaza não está sob cerco, nem ocupada”; “há quase 20 anos que Israel se retirou do território.” Estas afirmações contradizem a realidade do bloqueio imposto por Israel e Egito e reforçam a ideia de que Gaza age de forma autónoma, libertando Israel de responsabilidade.

3.2.2. Presença de Contexto Histórico

A análise do código “Presença de contexto histórico” revela diferenças significativas entre o LMD e o Observador na forma como enquadram historicamente o conflito israelo-palestiniano. Este código possui 77 segmentos codificados, dos quais 61 pertencem ao LMD (23 em 2024 e 38 em 2023) e apenas 16 ao *Observador* (2 em 2024 e 14 em 2023). Ou seja, cerca de 80% de todo o material que inclui enquadramento histórico está no LMD.

No *Le Monde Diplomatique*, o recurso ao passado funciona sobretudo para contextualizar a atual violência numa história longa de ocupação e resistência. São frequentes referências à expulsão dos palestinianos em 1948 (Nakba), à ocupação dos territórios após a Guerra dos Seis Dias de 1967, à expansão dos colonatos ilegais e ao bloqueio imposto a Gaza. Por exemplo, um dos textos afirma que

desde a expulsão dos palestinianos do seu território em 1948 (Nakba) e desde a ocupação israelita de 1967, contrária ao direito internacional e humanitário, que o conflito israelo-palestiniano configura uma guerra de ocupação colonial; esta intensifica-se com a expansão ilegal dos colonatos e a transformação de Gaza numa prisão a céu aberto (Ferreira & Trevisan, 2024, p.1).

Ao trazer estes antecedentes, o jornal procura mostrar que o ataque de 7 de outubro não pode ser entendido de forma isolada, mas como parte de um conflito de longa duração, marcado por políticas estruturais de ocupação e desigualdade.

No *Observador*, por outro lado, a presença de passado histórico existe, mas é usada de forma distinta. O jornal publica artigos de opinião que traçam linhas cronológicas amplas — desde a Antiguidade até à formação do Estado de Israel — para sustentar a legitimidade histórica e política de Israel. Um exemplo é o texto “Israel existe para proteger os judeus” de André Abrantes Amaral, que percorre o nacionalismo europeu do século XIX, o Holocausto e o movimento sionista para defender

que “os judeus tinham a possibilidade de construir um lugar onde seriam tratados como iguais e um Estado que os protegeria de qualquer ameaça”. Outros artigos revisitam processos imperiais e descolonização para enquadrar Israel como um Estado que nasceu de uma dinâmica global de fim dos impérios multiétnicos, comparável a outros casos do pós-guerra: “Mais de 140 dos 193 Estados soberanos membros da ONU foram o resultado do fim de vários tipos de Estados imperiais multiétnicos”. Há também menções às guerras árabe-israelitas, ao abandono das colónias judaicas em Gaza em 2005 e ao controlo subsequente do Hamas sobre o território.

Contudo, este enquadramento histórico do *Observador* é frequentemente seletivo e foca-se sobretudo na perseguição histórica dos judeus e o direito de Israel a existir e à autodefesa. A perspetiva tende a colocar os acontecimentos de 2023 como mais um episódio de um longo processo de autodefesa judaica, reforçando a legitimidade de Israel e enquadrando a sua ação militar como necessária para a sobrevivência do Estado.

4. Linguagem Tendenciosa

4.1. Crítica ao Irão

O subcódigo “Crítica ao Irão” reúne um conjunto de segmentos que caracterizam o regime iraniano e o seu papel no conflito israelo-palestiniano através de linguagem marcadamente valorativa e politicamente posicionada. Embora ambos os jornais o mobilizem, a forma e a intensidade diferem de forma acentuada.

No *Observador*, a presença deste enquadramento é particularmente marcada, chegando a recorrer a metáforas demonizantes e a linguagem emocionalmente carregada para descrever o regime iraniano. O Irão é repetidamente apresentado como o “principal responsável regional” pela guerra, o “mastermind do terrorismo mundial” e um ator que procura destruir Israel: “O principal responsável é o Irão, cujo líder, o Aiatola Ali Khamenei teve a desvergonha de [...] declarar o 7 de Outubro como uma ‘acção legítima’”. A retórica vai além da crítica política, chegando a caracterizar o país como a “cabeça da serpente” ou a “semente do mal”.

Outros trechos reforçam a imagem de um Estado que manipula e instrumentaliza populações inteiras como “peões na sua guerra de décadas contra Israel” e que procura “enfraquecer a ação israelita” e “projetar uma perceção de poder. Esta linguagem tende a associar o Irão a um “Eixo do Mal”, responsável por apoiar grupos armados como Hamas e Hezbollah, promover a radicalização regional e até ameaçar a ordem global através do desenvolvimento nuclear e do apoio militar à Rússia.

O LMD, por contraste, adota uma abordagem mais analítica. As referências ao Irão surgem sobretudo ligadas a questões geopolíticas e à investigação sobre o eventual envolvimento iraniano no ataque de 7 de outubro, sem juízos morais explícitos. Um exemplo é a questão “Estará o Irão por detrás do ataque do Hamas contra Israel?” ou a menção a informações como: “Teerão teria dado luz verde à operação ‘Dilúvio de Al-Aqsa’”. Nestas passagens, o tom é factual e exploratório, evitando a demonização ou a linguagem mais emocional.

4.2. Crítica à Esquerda

O subcódigo “Crítica à Esquerda” é praticamente exclusivo do *Observador*, que faz uso frequente de linguagem depreciativa para deslegitimar atores e movimentos de esquerda — tanto partidos e figuras públicas portuguesas, como fações internacionais mais progressistas.

Nos artigos de 2024, esta tendência surge de forma particularmente incisiva. As manifestações pró-Palestina nos países ocidentais são descritas como parte de um “folclore”, onde se misturam “estudantes ignorantes”, “oportunistas políticos” e “fanatismo de género”, apresentando a militância pró-palestiniana como expressão de ingenuidade ou de um “paraíso ideológico” ilusório. A esquerda portuguesa é ridicularizada com recurso a nomes próprios — “Os Tavares, as Mortáguas, os Raimundos, os Louçãs e toda a coleção de cromos difíceis” — associados a uma herança de “negação das evidências sobre o terror comunista”. A crítica amplia-se para um plano civilizacional: “O que unia todos estes comunistas era o ódio ao Ocidente e as manifestações pela ‘Palestina Livre’ são também uma demonstração desse ódio”.

Outro eixo frequente é a acusação de hipocrisia moral e seletividade. Os ativistas são retratados como indiferentes a outras crises humanitárias (Síria, Sudão, Tibete, Cuba, Venezuela, Irão, Ucrânia). A militância pró-Palestina é descrita como um espetáculo de múltiplas causas (terroristas, muçulmanos, mulheres, negros, gays), mas que no fundo serviria apenas um “objetivo único: a aniquilação do mundo em que nos habituámos a viver”. O texto chega a caracterizar movimentos de extrema-esquerda como um “culto da intolerância” e alerta para o perigo de “ignorar a guerra que o comunismo declarou ao Ocidente”.

Além de partidos e ativistas, figuras institucionais e líderes internacionais são alvos recorrentes. António Guterres é acusado de “mentir”, de exercer uma “flagrante deturpação da realidade” e de sugerir que o terrorismo do Hamas resultou de antecedentes atribuíveis a Israel. O então primeiro-ministro António Costa é alvo de sátira — “Israel tem o direito de se defender... desde que não se defenda!” — enquanto Lula da Silva é descrito como um “desvairado presidente” que ignora os acontecimentos de 7 de outubro e apoia agressões russas. O discurso atinge também o Bloco de

Esquerda e o PCP, acusados de incoerência e alinhamento ideológico com posições anti-Israel: o BE é retratado como politicamente oportunista e sem “espinha dorsal”, enquanto o PCP surge associado a um “registo quase soviético”.

Em 2023, a crítica mantém-se intensa e mais abrangente, com ataques a movimentos sociais e universitários — incluindo referências às “manas Mortágua”, a Harvard e a comentadores mediáticos portugueses — acusados de complacência face ao Hamas e de antissemitismo implícito. O tom chega a ser sarcástico: “Posts aflitos das manas Mortágua? Exactamente zero. Mensagens compungidas de Guterres, o Vácuo? Até ver, menos que zero.”.

Em contraste, no LMD este enquadramento é praticamente inexistente. Há apenas um breve excerto que critica divisões internas na esquerda francesa, descrevendo como os partidos progressistas se unem quando lhes é conveniente e rompem alianças quando estas favorecem outros.

4.3. Crítica à Direita

O subcódigo “Crítica à Direita” surgiu exclusivamente no LMD, refletindo uma postura crítica face à política francesa e europeia. Os textos analisados denunciam sobretudo a normalização da extrema-direita, referindo a “desdiabolização” da União Nacional (RN) e a forma como partidos tradicionais adotam temas como imigração, insegurança e “terrorismo islamita”. A guerra em Gaza e o “apoio incondicional” a Israel por parte de figuras da direita são apresentados como oportunidades para consolidar essa aceitação pública.

O jornal critica também o alinhamento atlantista dos presidentes franceses, acusando-os de seguir “o roteiro traçado por Washington” ao reduzir o conflito a “luta contra o terrorismo”. Esse posicionamento é visto como prejudicial para a imagem internacional da França e contrário à ideia de uma política externa independente e mediadora.

Por fim, o LMD condena a proibição nacional de manifestações pró-Palestina — única na UE além da Hungria — e a facilidade com que discursos críticos de Israel são rotulados de antissemitas.

4.4. Crítica à Comunicação Social

Verifica-se uma atenção consistente ao papel da comunicação social em ambos os jornais, refletida nos 12 segmentos codificados no *Observador* em 2023 e 8 em 2024, e nos 13 no LMD em 2023 e 15 em 2024.

No *Observador*, as referências surgem sobretudo em artigos que questionam a fiabilidade e a imparcialidade da cobertura internacional e nacional. Os artigos acusam alguns meios de selecionar imagens e narrativas que favorecem a causa palestina, amplificar propaganda do Hamas ou transmitir números sem validação independente. Critica-se a “leviandade” e a falta de conhecimento histórico, bem como a tendência para simplificações e comparações consideradas abusivas (por exemplo, associar Israel a regimes coloniais ou a um “apartheid”). A imprensa é ainda acusada de evitar mostrar a violência do Hamas, de ignorar enquadramentos mais complexos do conflito e de contribuir para percepções enviesadas sobre proporcionalidade e responsabilidade. Também acusam a comunicação social de dar maior visibilidade a crimes nazis ou fascistas do que a atrocidades comunistas.

Já no LMD, a crítica é mais orientada para problemas estruturais da cobertura jornalística. O jornal critica a falta de contexto histórico na informação televisiva, a dependência excessiva de fontes oficiais israelitas, a marginalização de vozes palestinas e de atores críticos da guerra, bem como a ausência de enquadramento sobre direito internacional e humanitário. Questiona ainda o uso pouco refletido de termos como “terrorista”, que pode simplificar a percepção do conflito, e destaca a escassez de reportagens aprofundadas e de diversidade de fontes. Além disso, observa tendências como a concentração da propriedade mediática, a substituição da informação por comentário rápido e a dificuldade dos meios em evitar propaganda ou notícias não verificadas — sendo citado o episódio dos alegados “40 bebés decapitados”.

4.5. Atribuição de Culpa Implícita ao Hamas/Palestina

A análise do código “Atribuição implícita de culpa ao Hamas/Palestina” é distinto entre os dois jornais. O *Observador* recorre de forma sistemática a uma narrativa que coloca o Hamas como principal responsável pela violência e pelo agravar da situação em Gaza. Os textos sugerem que o Hamas “quebrou a paz” e “desencadeou a guerra”, sublinhando que foi o ataque de 7 de outubro de 2023 que pôs fim a um período de relativa estabilidade. De acordo com alguns comentadores, as mortes de civis palestinos resultam diretamente das escolhas estratégicas do Hamas, acusado de usar a população como escudo humano, instalar infraestruturas militares em áreas habitadas, impedir a evacuação de zonas atacadas e instrumentalizar o sofrimento civil para fins de propaganda. Essa perspetiva é reforçada por afirmações como “a responsabilidade da guerra que se está a viver no Médio Oriente é totalmente do Hamas” ou “o Hamas carrega a responsabilidade e a culpa das mortes [...] quer das que diretamente executou, quer das que indiretamente provoca”. Além disso, o *Observador* associa o movimento a práticas autoritárias e à destruição de oportunidades de

desenvolvimento em Gaza, apresentando a sua ascensão ao poder em 2006 como o início de um caminho de guerra e isolamento que inviabilizou qualquer solução política.

Já o LMD apresenta esta atribuição de culpa de forma mais pontual e analítica. Embora reconheça o carácter autoritário do Hamas e a sua responsabilidade direta pelo ataque de 7 de outubro, evita transformar o movimento no único ator culpado pela escalada do conflito. Quando refere decisões específicas do Hamas, como a de planear o ataque sem consultar aliados externos, fá-lo num tom factual e enquadrado em dinâmicas regionais e históricas mais amplas, que incluem o bloqueio de Gaza, a ocupação prolongada e a ausência de avanços políticos.

4.6. Atribuição de Culpa Implícita a Israel

O código “Atribuição implícita de culpa a Israel” é diferente entre os dois jornais. O LMD reúne 32 segmentos (16 em 2023 e 16 em 2024), enquanto o *Observador* apresenta apenas 10 (9 em 2023 e 1 em 2024). Esta disparidade mostra que o LMD constrói de forma consistente uma narrativa que responsabiliza Israel pelo prolongamento e agravamento do conflito, ao passo que o *Observador* introduz essa crítica de forma mais esporádica.

No LMD, a responsabilização de Israel é recorrente e estruturante. O conflito é descrito como uma “guerra de ocupação colonial”, havendo uma denuncia da expansão contínua de colonatos e associando-se a violência atual a décadas de políticas de anexação e repressão. Destaca-se, por exemplo, o aumento drástico de mortes de palestinianos na Cisjordânia provocadas por soldados e colonos israelitas, bem como a intensificação da violência destes últimos, considerada a mais elevada de sempre, apesar de condenações e sanções internacionais. Sublinha-se também que, desde o regresso de governos de extrema-direita, Israel tem seguido uma estratégia deliberada para consolidar a sua soberania sobre os territórios ocupados. Outros textos criticam o bloqueio prolongado a Gaza, o encerramento de meios de comunicação palestinianos e a desigualdade entre judeus e palestinianos, descrevendo um sistema onde apenas a população judaica goza plenamente dos seus direitos.

No *Observador*, pelo contrário, a crítica a Israel aparece de forma pontual e raramente põe em causa a estrutura narrativa dominante de autodefesa israelita. O único segmento de 2024 questiona a linguagem oficial que descreve vítimas civis como “danos colaterais”, apontando que tal formulação desumaniza a morte de inocentes. Em 2023, alguns textos reconhecem que a população palestiniana vive há décadas em condições de opressão e que Israel deveria respeitar o direito internacional e pôr fim à ocupação de territórios reconhecidos como palestinianos. Há também críticas ao bloqueio na

Faixa de Gaza e à radicalização da política israelita, marcada pelo fortalecimento da extrema-direita e por decisões que dificultam qualquer solução negociada. Contudo, estas observações surgem isoladas.

4.7. Utilização de termos com carga emocional

O subcódigo “Utilização de termos com carga emocional” foi o mais presente em toda a análise, surgindo com maior incidência no *Observador* (25 ocorrências em 2024 e 43 em 2023) do que no *Le Monde Diplomatique* (17 em 2024 e 15 em 2023). No caso do *Observador*, tratou-se mesmo do recurso mais recorrente, evidenciando a centralidade da linguagem emocional no estilo do jornal. Esta cumpre a função de intensificar a carga moral das narrativas e reforçar a polarização entre os atores em conflito.

Nos excertos do *Observador*, é possível identificar três tendências principais. A primeira é a demonização do adversário, sobretudo do Hamas, da Palestina e dos seus apoios externos, através de expressões como “corja de terroristas”, “ventas assassinas” ou “terroristas fanáticos”. Esta retórica desumaniza e transforma o Hamas num inimigo absoluto, num enquadramento típico de discursos de guerra. A segunda tendência corresponde ao recurso a imagens de violência extrema e crueldade, visível em descrições como “mais de 1200 foram assassinados, um a um, cara a cara, corpo a corpo, à bala, com arma branca ou queimados vivos” ou “barbaramente chacinados, violados, desmembrados, imolados”. Estes trechos procuram provocar choque e indignação, reforçando sobretudo o enquadramento de vitimização israelita. A terceira tendência prende-se com o apelo à emoção por via do insulto ou metáfora depreciativa, com exemplos como “coleção de cromos difíceis” (para designar adversários políticos internos) ou “orgia sangrenta de antisemitismo”. Neste caso, a função é ridicularizar opositores e reforçar fronteiras ideológicas no espaço público interno.

No *Le Monde Diplomatique*, embora também seja frequente o uso de termos com carga emocional, o registo distingue-se de forma clara do *Observador*. Enquanto este último privilegia insultos, metáforas agressivas e hipérboles dirigidas ao inimigo, no LMD a carga emocional tende a ser mais descritiva e empática, frequentemente associada ao sofrimento palestino e às consequências humanitárias da guerra. Também aqui se podem identificar três tendências. Em primeiro lugar, a ênfase na violência estrutural e no sofrimento humano, patente em formulações como “crimes de genocídio”, “O balanço é apocalíptico para a população palestina” ou “Os cadáveres de habitantes de Gaza e as destruições são já incontáveis”. Ao contrário da agressividade discursiva do *Observador*, estes excertos procuram atribuir à ação militar israelita uma dimensão desumana e sistemática, apelando a categorias jurídicas e humanitárias de forte impacto. A segunda tendência corresponde à construção de imagens trágicas e emocionais, como em “Tantas esperanças apagadas, tantos sonhos

transformados em pesadelos”, “Nos escombros fumegantes deste enclave” ou “os rostos estão esgotados, depois da perda súbita das suas casas”. O efeito emocional decorre aqui da descrição do sofrimento civil, destacando a vulnerabilidade humana em contexto de guerra. Por fim, surge o recurso a metáforas políticas e históricas, como “guerra anacrónica de ocupação colonial”, “regime de apartheid imposto aos palestinianos” ou “engrenagem sangrenta”. Neste caso, a carga emocional associa-se a um enquadramento político que inscreve Israel em lógicas coloniais e de dominação histórica.

Assim, embora ambos os jornais recorram à linguagem emocional, o *Observador* fá-lo sobretudo para atacar e ridicularizar o adversário, enquanto o *Le Monde Diplomatique* procura acentuar a gravidade do sofrimento palestiniano e as responsabilidades políticas da ocupação israelita.

5. Fontes Citadas

Existe uma distribuição relativamente heterogénea entre os dois jornais, embora com algumas diferenças. No *Le Monde Diplomatique*, observa-se um esforço mais evidente de diversificação das vozes incluídas nas peças, com a presença frequente de fontes provenientes de organizações internacionais, de entidades palestinianas e árabes, bem como de testemunhos diretos de civis afetados pelo conflito. Por exemplo, encontram-se referências a dados fornecidos pelo Departamento de Coordenação dos Assuntos Humanitários da ONU (OCHA), a sondagens do *Palestinian Center for Policy and Survey Research* e a declarações do Ministério dos Negócios Estrangeiros da Arábia Saudita. Paralelamente, os artigos incluem relatos em primeira pessoa de cidadãos libaneses deslocados ou palestinianos que vivem sob ocupação.

Esta estratégia contrasta com a tendência observada no *Observador*, onde predominam fontes de natureza ocidental ou israelita. Surgem com frequência citações de meios de comunicação israelitas, como o *Jerusalem Post* ou o *Haaretz*, bem como referências a declarações oficiais das forças armadas israelitas e de responsáveis políticos do país. Também são utilizadas entrevistas difundidas por meios de comunicação ocidentais, como a BBC, ou de agências noticiosas internacionais, como a *Reuters* ou o *Wall Street Journal*. Este padrão de seleção contribui para uma narrativa mais alinhada com as perspetivas institucionais e oficiais, frequentemente centrada na posição israelita ou em interpretações veiculadas a partir do espaço euro-atlântico.

A presença de fontes médio-orientais no *Observador* surge pontualmente através de declarações de representantes do Hamas ou de outras entidades regionais, muitas vezes apresentadas num contexto crítico. Por sua vez, no *Le Monde Diplomatique*, o recurso a fontes árabes e palestinianas é

mais regular e diversificado, o que pode ser interpretado como parte de uma estratégia editorial orientada para a inclusão de vozes mais marginalizadas nos meios de comunicação ocidentais.

Singularidade do caso português: tradição opinativa, dependência de agências e perfis editoriais

Os padrões identificados não resultam apenas de alinhamentos internacionais. No contexto português, o jornalismo inscreve-se num modelo pluralista polarizado em que o comentário tem peso e os títulos assumem vincadas identidades ideológicas. Essa tradição opinativa favorece estilos discursivos valorativos e emocionalmente carregados nos diários de referência digital, o que ajuda a explicar a centralidade de títulos avaliativos e o recurso intensivo a categorização moral no *Observador*.

No caso do *Le Monde Diplomatique*, a pertença a uma rede transnacional condiciona *frames* e rotinas: a agenda é fortemente influenciada pela edição francesa, e muitos textos resultam de tradução/adaptação e curadoria local. Esta arquitetura editorial favorece análises contextuais longas, uso de categorias de direito internacional e inclusão de fontes árabes/palestinianas e de organizações multilaterais, distinguindo-o dos diários digitais nacionais. Assim, parte das diferenças face ao *Observador* não decorre apenas de clivagens ideológicas, mas também da cadeia de produção e circulação transnacional do LMD.

Para além desse enquadramento transnacional do *Le Monde Diplomatique*, o jornalismo português no seu conjunto é condicionado por uma forte dependência estrutural de agências internacionais, o que limita a produção autónoma de contexto e tende a reproduzir *frames* ocidentais dominantes sobre conflitos internacionais. No corpus analisado, isso traduz-se numa presença diferenciada de enquadramento histórico: o *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa), pela sua vocação analítica e capital cultural, ancora a leitura num passado longo de ocupação, colonatos e bloqueio; o *Observador* privilegia o imediato opinativo e uma cronologia que recentra 7 de outubro, reforçando a lógica da autodefesa.

A assimetria de perfis editoriais e rotinas produtivas também importa. O *Le Monde Diplomatique* trabalha em periodicidade mensal e aposta em análise aprofundada, diversidade de fontes e categorias jurídico-políticas; o *Observador*, com ritmo diário e forte presença de opinião, acentua a dramatização, a moralização do antagonista e a validação de autoridades e meios ocidentais/israelitas. Assim, a divergência entre “vilão/herói”, a distribuição de contexto histórico e a linguagem emocional não é apenas um reflexo de clivagens ideológicas globais; é também um efeito localizado de um ecossistema mediático em que a opinião ocupa lugar central e em que as rotinas de produção favorecem seletividades distintas.

Em síntese, o caso português evidencia como a tradição opinativa e a estrutura de recursos condicionam o modo de narrar a guerra: de um lado, uma publicação de periodicidade mensal que valoriza a contextualização histórica, o direito internacional e vozes sub-representadas; do outro, um diário digital opinativo que recentra o acontecimento-gatilho, dramatiza e estabiliza a atribuição de culpa. É esta combinação de modelo mediático, rotinas e perfil editorial que confere singularidade aos resultados nacionais encontrados.

Comparação entre 2023 e 2024

Em 2023, o *Observador* apresenta um perfil discursivo mais assertivo. A narrativa centra-se fortemente na vilanização do Hamas, na atribuição recorrente de culpa ao Hamas e no uso expressivo de linguagem carregada de conotação emocional. Em 2024, embora estes traços permaneçam identificáveis, a sua intensidade diminui. O registo emocional torna-se menos proeminente e há uma deslocação do foco para uma leitura mais geopolítica do conflito, com destaque para o papel desempenhado pelo Irão. A atribuição de culpa ao Hamas perde alguma centralidade, ainda que a construção de Israel e dos judeus como vítimas continue a ser uma componente presente e relevante da narrativa.

No *Le Monde Diplomatique*, a configuração discursiva mantém-se praticamente inalterada entre os dois períodos analisados. Persiste a atribuição implícita de culpa a Israel, a sua representação como principal agente agressor e a centralidade do enquadramento histórico como eixo interpretativo dos acontecimentos. Em paralelo, regista-se um ligeiro reforço da crítica dirigida ao papel desempenhado pelos meios de comunicação social na construção de determinadas narrativas.

A seletividade de aspetos do conflito ilustra bem esta diferença de abordagem: enquanto o *Le Monde Diplomatique* ancora a sua análise de forma consistente num enquadramento histórico, o *Observador* recorre a esse recurso de modo mais pontual, sobretudo em 2024. Também ao nível dos títulos se notam pequenas variações. Embora a estrutura geral se mantenha semelhante, o *Observador* recorre com menor frequência a registos sarcásticos ou irónicos no segundo período analisado.

De um modo geral, observa-se uma continuidade estrutural no *Le Monde Diplomatique*, cuja linha editorial mantém o foco na responsabilização de Israel e na contextualização histórica aprofundada do conflito. Já no *Observador*, regista-se uma ligeira mudança de ênfase, marcada por uma menor culpabilização direta do Hamas e dos palestinianos, uma atenuação do tom emocional e uma maior atenção às dinâmicas geopolíticas, particularmente no que respeita ao papel do Irão, que é altamente criticado.

Importa também sublinhar que, ao contrário do que poderia ser expectável após um ano particularmente intenso de conflito, marcado por um elevado número de mortes de civis palestinianos, por denúncias de organizações internacionais e por uma crescente atenção mediática global à crise humanitária em Gaza, o *Observador* manteve uma linha narrativa que evita atribuir responsabilidade direta a Israel pela ofensiva e pelas suas consequências humanitárias. Em vez disso, a cobertura continua a centrar-se maioritariamente nas ações do Hamas como causa fundamental do conflito, enviando para segundo plano a análise crítica das operações militares israelitas e das implicações destas no povo palestiniano.

CAPÍTULO 5

Conclusões

O presente trabalho procurou analisar, à luz dos conceitos de *framing* e de enviesamento mediático, a forma como dois jornais ideologicamente distintos, o *Le Monde Diplomatique* (edição portuguesa) e o *Observador*, enquadraram o conflito israelo-palestiniano entre 7 de outubro e 7 de novembro de 2023 e 7 de outubro e 7 de novembro de 2024. A partir da codificação de 660 segmentos textuais, distribuídos por um conjunto de categorias analíticas desenvolvidas a priori e refinadas ao longo do processo de análise, foi possível identificar padrões discursivos, estratégias narrativas e tendências ideológicas que estruturam a cobertura jornalística de ambos os meios de comunicação.

Os resultados obtidos permitem, em primeiro lugar, responder à primeira questão de investigação – “De que forma os jornais *Le Monde Diplomatique* e *Observador* enquadram o conflito israelo-palestiniano?”. Verificou-se que a análise comparativa evidencia narrativas significativamente diferentes, permitindo demonstrar de forma clara como cada jornal enquadra discursivamente o conflito. O *Observador* caracteriza-se por uma narrativa fortemente centrada na vitimização de Israel e dos judeus, na demonização do Hamas e na legitimação da ação militar israelita, frequentemente descrita como resposta necessária e proporcional a uma ameaça existencial. A origem do conflito é, em regra, atribuída ao ataque de 7 de outubro de 2023, omitindo-se ou secundarizando-se fatores estruturais anteriores, como a ocupação prolongada, o bloqueio a Gaza ou a desigualdade jurídica entre israelitas e palestinos.

O *Le Monde Diplomatique*, por sua vez, ancora a sua leitura em processos históricos de longa duração, articulando a atual escalada de violência com fenómenos estruturais como a Nakba de 1948, a ocupação de 1967, a expansão dos colonatos e a persistente ausência de soberania palestina. A narrativa dominante centra-se na responsabilização de Israel enquanto potência ocupante e na denúncia das assimetrias políticas, jurídicas e militares que configuram a realidade palestina. As perdas civis, o impacto humanitário da ofensiva e as consequências do bloqueio são temas recorrentes, muitas vezes enquadrados em categorias do direito internacional e humanitário.

Em resposta à segunda questão de investigação — “Existem sinais de enviesamento mediático nas suas coberturas?” —, a análise confirma a presença de enviesamentos explícitos e implícitos em ambos os jornais, ainda que de natureza e intensidade diferentes. No *Observador*, o enviesamento manifesta-se através da seleção temática (com destaque quase exclusivo para o terrorismo do Hamas e para a legitimidade da autodefesa israelita), da linguagem emocionalmente carregada, do uso de analogias

históricas (nomeadamente com o Holocausto) e da omissão de elementos contextuais que complexificariam a leitura do conflito. O *Le Monde Diplomatique*, embora adote um tom mais analítico e menos emocional, não está isento de enviesamento, nomeadamente ao atribuir de forma sistemática a responsabilidade estrutural a Israel e ao enquadrar a resistência palestina como resposta à opressão. Deste modo, pode concluir-se que o *Observador* apresenta um enviesamento predominantemente pró-Israel, enquanto o *Le Monde Diplomatique* revela um enviesamento predominantemente pró-Palestina.

A comparação entre 2023 e 2024 permite responder ao terceiro objetivo da investigação: observar eventuais mudanças na abordagem noticiosa após um ano de conflito. No caso do *Observador*, registou-se uma ligeira reconfiguração discursiva: embora a vilanização do Hamas e a vitimização de Israel se mantenham centrais, a sua intensidade diminui, e surge uma ênfase crescente no papel geopolítico do Irão, apresentado como mentor estratégico do conflito. Contudo, ao contrário do que seria expectável num contexto de intensificação da crise humanitária em Gaza, o jornal não alterou substancialmente o seu enquadramento e continuou a evitar atribuir responsabilidade direta a Israel, mantendo secundário o sofrimento palestino. Já no *Le Monde Diplomatique*, observa-se uma continuidade estrutural. As principais narrativas mantêm-se estáveis, com ligeiros acréscimos na crítica ao papel da comunicação social e uma persistente aposta na contextualização histórica e na diversificação de fontes.

Do ponto de vista teórico, estes resultados confirmam a relevância dos conceitos de framing e enviesamento mediático para a compreensão da cobertura jornalística de conflitos internacionais. A seletividade de eventos, o foco em determinados atores, a escolha da linguagem e a utilização diferenciada de fontes não são processos neutros, mas mecanismos centrais na construção de significados e perceções públicas. As narrativas mediáticas não apenas descrevem a realidade, mas moldam-na, legitimam ações e influenciam o modo como a opinião pública interpreta causas, responsabilidades e soluções possíveis.

Em termos práticos, os resultados desta investigação sublinham a importância de um jornalismo mais reflexivo, contextualizado e plural, especialmente em situações de conflito armado, onde a informação desempenha um papel estratégico na formação de perceções e na legitimação de políticas. A promoção de diversidade de fontes, a inclusão sistemática de enquadramentos históricos e a atenção ao impacto humanitário são estratégias que podem contribuir para reduzir distorções e enriquecer o debate público.

Este estudo apresenta, no entanto, algumas limitações que importa reconhecer. A primeira prende-se com a seleção da amostra, especialmente no caso do Observador, onde o elevado número de artigos publicados em 2023 obrigou à escolha de um conjunto representativo, mas não exaustivo, de textos. A segunda decorre do próprio método qualitativo de análise, que, embora permita um exame aprofundado das narrativas, implica inevitavelmente uma componente interpretativa. Por fim, a análise centrou-se em dois meios específicos, o que limita a generalização dos resultados a outros contextos mediáticos.

Futuras investigações poderiam alargar o corpus empírico a um conjunto mais vasto de meios de comunicação portugueses, de modo a permitir uma análise mais representativa do ecossistema mediático nacional. A presente investigação centrou-se em dois jornais com perfis editoriais distintos, o que possibilitou identificar contrastes relevantes, mas não permite generalizar conclusões ao panorama mediático português como um todo. Incluir outros jornais de referência — como o *Público*, *Expresso*, *Diário de Notícias* ou *Correio da Manhã* — permitiria explorar se as tendências identificadas se replicam, divergem ou se manifestam com diferentes intensidades em contextos editoriais variados. Para além disso, seria pertinente explorar a receção destas narrativas pelos públicos, de modo a compreender o impacto do enquadramento mediático nas perceções sociais e políticas sobre o conflito.

Em síntese, esta dissertação demonstra que o discurso jornalístico desempenha um papel central na construção das narrativas sobre o conflito israelo-palestiniano, revelando profundas assimetrias de enquadramento e evidentes sinais de enviesamento mediático. Ao responder às questões de investigação delineadas, confirma-se que a análise crítica da comunicação é indispensável para compreender não apenas o modo como os media representam a realidade, mas também como contribuem para moldá-la no espaço público contemporâneo.

Referências Bibliográficas

- Bardin, L. (2000). *Análise de conteúdo* (original publicado em 1977). Lisboa, PT: Edições, 70.
- Bonone, L. M. (2017). Construção de método para pesquisas de Frame Analysis. *Estudos em Jornalismo e Mídia*, 13(2), 78-87.
- Braun, V., & Clarke, V. (2006). Using thematic analysis in psychology. *Qualitative Research in Psychology*, 3(2), 77–101. <https://doi.org/10.1191/1478088706qp063oa>
- Cardoso, D., Cerqueira, C., & Lamy, S. (2023). Referências ao conflito israelo-palestiniano em imprensa Portuguesa 7Out-7Nov 2023. figshare. Dataset. <https://doi.org/10.6084/m9.figshare.24526219.v1>
- Chomsky, N. (1999). *Fateful Triangle: The United States, Israel, and the Palestinians*. South End Press.
- Cohen, B. C. (1963). *The press and foreign policy*. Princeton, NJ: Princeton University Press.
- Cunha, I. F., & Peixinho, A. T. (2020). *Análise dos media* (2ª ed.). Imprensa da Universidade de Coimbra. <https://doi.org/10.14195/978-989-26-1988-0>
- D'Angelo, P. (2002). News Framing as a Multiparadigmatic Research Program: A Response to Entman. *Journal of Communication*, 52(4), 870–888. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2002.tb02578.x>
- Entman, R. M. (1993). Framing: Toward clarification of a fractured paradigm. *Journal of Communication*, 43(4), 51-58. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.1993.tb01304.x>
- Entman, R. M. (2007). Framing bias: Media in the distribution of power. *Journal of Communication*, 57(1), 163-173.
- Fatayer, A. M. F. (2024). How the portuguese news media presented Palestine and palestinians post-october 2023: Público and Diário de Notícias as a case study [Dissertação de mestrado, Iscte - Instituto Universitário de Lisboa]. Repositório Iscte. <http://hdl.handle.net/10071/33373>
- Garcia J.L., Martinho T.D., Alves M.P., Correia J.C., da Cunha D.S., Matos J.N., Graça S.M., Ramalho J., Rodrigues C. (2018) *Os Media em Mudança em Portugal: Implicações da digitalização no jornalismo*. ERC – Entidade Reguladora para a Comunicação Social

- Godinho, R., & Pereira, C. (2020) O Digital e os Media Locais: Proximidade ou afastamento? In: Jerónimo, P., Correia, J. C. (ed.). O Pulsar da Proximidade nos Media e no Jornalismo. Covilhã, Portugal: LabCom Books, 65-82.
- Guest, G., MacQueen, K. M., & Namey, E. E. (2012). Applied thematic analysis. Sage. <https://doi.org/10.4135/9781483384436>
- Hallin, D. C., & Mancini, P. (2004). Comparing media systems. Three models of media and politics. Cambridge University Press.
- Hanif, F. (2024). Media bias Gaza 2023-24. Centre for Media Monitoring. ISBN 979 1 905461 09 7. <https://cfmm.org.uk/resources/publication/cfmm-report-media-bias-gaza-2023-24/>
- Harvey, N. (2008). Le Monde Diplomatique. In W. Donsbach (Ed.), The International Encyclopedia of Communication (1st ed.). Wiley. <https://doi.org/10.1002/9781405186407.wbiecl013>
- Herman, E. S., & Chomsky, N. (1988). Manufacturing consent: The political economy of the mass media. Pantheon Books.
- Ibrar, Z., & Khan, M. (2025). Framing and Media Bias in Conflict Reporting: A Comparative Analysis of Al-Jazeera, CNN, and Global Times During the 2023 Palestine-Israel Conflict. *İnterdisipliner Medya Ve İletişim Çalışmaları*, 2(3), 42-71.
- Iyengar, S. (1994). Is anyone responsible?: How television frames political issues. University of Chicago Press.
- Jackson, H. M. (2023). The New York Times distorts the Palestinian struggle: A case study of anti-Palestinian bias in US news coverage of the First and Second Palestinian Intifadas. *Media, War & Conflict*, 0(0). <https://doi.org/10.1177/17506352231178148>
- Karniel, Y., Lavie-Dinur, A., & Samuel-Azran, T. (2017). The dream of statehood and the reality of conflict: local and international coverage of the Palestinian United Nations bid for statehood. *Asian Journal of Communication*, 27(1), 33-48.
- Kiger, M. E., & Varpio, L. (2020). Thematic analysis of qualitative data: AMEE Guide No. 131. *Medical teacher*, 42(8), 846–854. <https://doi.org/10.1080/0142159X.2020.1755030>
- Krippendorff, K. (2018). Content analysis: An introduction to its methodology. Sage publications.

- Kriesberg, L. (2001). Mediation and the transformation of the Israeli-Palestinian conflict. *Journal of Peace Research*, 38(3), 373-392.
- Liebes, T. (1992). Our war/their war: Comparing the Intifadeh and the Gulf War on US and Israeli television. *Critical Studies in Media Communication*, 9(1), 44-55.
- Liebes, T., & First, A. (2003). Framing the Palestinian-Israeli Conflict. In *Framing Terrorism*. Routledge.
- Lichter, S. R. (2017). Theories of media bias. In K. Kenski & K. H. Jamieson (Eds.), *The Oxford handbook of political communication* (pp. 403–416). Oxford University Press.
- Marques, J. D. R. (2020). *Jornais e Agências: A Relação entre o Observador e a Lusa*.
- McCombs, Maxwell E.; Shaw, Donald L. . (1972). The Agenda-Setting Function of Mass Media. *Public Opinion Quarterly*, 36(2), 176–. doi:10.1086/267990
- McGrady, R. (2023). How the news talked about the Israel-Hamas conflict in its first month. Media Cloud. <https://www.mediacloud.org/research/how-the-news-talked-about-the-israel-hamas-conflict-in-its-first-month>
- McNair, B. (1995). *An introduction to political communication*. Routledge.
- McQuail, D. (1992). *Media performance: Mass communication and the public interest*. Sage.
- McQuail, D. (2010). *McQuail's mass communication theory* (6th ed.). Sage.
- Neuman, W. R., Just, M. R., & Crigler, A. N. (1992). *Common knowledge*. University of Chicago Press.
- Nimmo, D., & Combs, J. E. (1992). *The political pundits*. Praeger.
- Ogassawara, A. (2019). Israel-Palestina na perspectiva de Le Monde Diplomatique. *E-Compós*, 22(1), 1-19.
- Philo, G., & Berry, M. (2011). *More bad news from Israel*. Pluto Press.
- Reese, S. D. (2007). The Framing Project: A Bridging Model for Media Research Revisited. *Journal of Communication*, 57(1), 148–154. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2006.00334.x>

- Ryan, G. W., & Bernard, H. R. (2000). Techniques to identify themes in qualitative data. In N. K. Denzin & Y. S. Lincoln (Eds.), *Handbook of qualitative research* (2nd ed., pp. 769- 802). Thousand Oaks, CA: Sage Publications.
- Santos, R. (2010). *Do jornalismo aos media: Estudos sobre a realidade portuguesa (Estudos comunicação e cultura)*. Lisboa: Universidade Católica Editora.
- Shahzad, F., Qazi, T. A., & Shehzad, R. (2023). Framing of Israel and Palestine Conflict in RT news, Al-Jazeera, CNN & BBC News. *Global Digital & Print Media Review*, VI(II), 1–14. [https://doi.org/10.31703/gdpmr.2023\(VI-II\).01](https://doi.org/10.31703/gdpmr.2023(VI-II).01)
- Sharmeen, M. (2023). *The Israeli-Palestinian conflict in news media* (Doctoral dissertation, Brac University).
- Semetko, H. and Valkenburg, P. (2000), Framing European politics: a content analysis of press and television news. *Journal of Communication*, 50: 93-109. <https://doi.org/10.1111/j.1460-2466.2000.tb02843.x>
- Shupak, G. (2018). *The wrong story: Palestine, Israel, and the media*. Or Books.
- Sirhan, N. R. (2021). *Reporting Palestine-Israel in British Newspapers*. Springer International Publishing.
- Streeter, T. (2009). *How to Do a Frame Analysis of News Media*. University of Vermont. https://www.uvm.edu/%7Etstreete/Courses/sociology_of_news/page25/page25.html
- Tuchman, G. (1978). *Making News: A Study in the Construction of Reality*. Free Press
- United Nations Relief and Works Agency for Palestine Refugees in the Near East (UNRWA). (2025, October 20). UNRWA situation report #193 on the humanitarian crisis in the Gaza Strip and the occupied West Bank, including East Jerusalem (Situation Report #193). <https://www.unrwa.org/resources/reports/unrwa-situation-report-193-situation-gaza-strip-and-west-bank-including-east-jerusalem>

Anexos

Anexo I - Grelha de Operacionalização de Conceitos

Tabela A1 - Operacionalização de Conceitos para a Análise Temática (Produção Própria)

Conceito	Dimensão	Indicadores (observáveis e codificáveis)
Enviesamento mediático	Enviesamento nas fontes citadas	- Predominância de fontes ocidentais vs. médio-orientais
	Linguagem tendenciosa	- Uso de termos com carga emocional positiva/negativa - Atribuição implícita de culpa a uma das partes
	Seletividade de aspetos do conflito	- Presença ou ausência de contexto histórico - Omissão ou destaque seletivo de eventos ou atores
Framing	Seleção e saliência	- Análise e tom dos títulos
	Narrativas principais	- Identificação de vilões/heróis - Suposições explícitas/implícitas sobre a origem do conflito
	Características Estilística	- Modos de referência a territórios, grupos ou indivíduos

Anexo II – Grelha de Códigos

Tabela A2 - Grelha de Códigos (Produção Própria)

1 Características Estilísticas	0
1.1 Modos de referência a indivíduos	6
1.2 Modos de referência a grupos	14
1.3 Modos de referência a territórios	4
2 Narrativas Principais	0
2.1 Palestina como vítima	16
2.2 Israel/Judeus como vítimas	40
2.3 Suposições sobre a origem do conflito	12
2.4 Identificação de Vilões (Hamás/Palestina)	74
2.5 Identificação de Vilões (Israel)	33
2.6 Identificação de Heróis (Palestina)	0
2.7 Identificação de Heróis (Israel)	20
3 Seleção e Saliência	0
3.1 Título Emocional	5
3.2 Título valorativo/avaliativo	17
3.3 Título irónico/sarcástico	5
3.4 Título factual/descritivo	8
3.5 Título Crítico	7
3.6 Seletividade de aspetos do conflito	0
3.6.1 Omissão de eventos/atores	10
3.6.2 Presença de contexto histórico	77
4 Linguagem tendenciosa	0
4.1 Crítica ao Irão	14
4.2 Crítica à Esquerda	35
4.3 Crítica à Direita	5
4.4 Crítica à Comunicação Social	48
4.5 Atribuição implícita de culpa ao Hamás/Palestina	45
4.6 Atribuição implícita de culpa a Israel	42
4.7 Utilização de termos com carga emocional	100
5 Fontes Citadas	0
5.1 Predominância de fontes médio-orientais	10
5.2 Predominância de fontes ocidentais/de Israel	13

Anexo III – Matriz de Códigos por Jornal e Ano

Tabela A3 – Matriz de Códigos (Produção através do Software MAXQDA)

Lista de Códigos	Observador 2024	Le Monde Diplomatique 2024	Observador 2023	Le Monde Diplomatique 2023	SOMA
▼ Características Estilísticas					0
Modos de referência a indivíduos	1		5		6
Modos de referência a grupos	3		11		14
Modos de referência a territórios	1		3		4
▼ Narrativas Principais					0
Palestina como vítima	2	3	4	7	16
Israel/Judeus como vítimas	16		24		40
Suposições sobre a origem do confl	8		3	1	12
Identificação de Vilões (Hamas/Pale	17	2	52	3	74
Identificação de Vilões (Israel)		16	1	16	33
Identificação de Heróis (Palestina)					0
Identificação de Heróis (Israel)	6		14		20
▼ Seleção e Saliência					0
Título Emocional	2	1	2		5
Título valorativo/avaliativo	4	3	6	4	17
Título irónico/sarcástico	1		3	1	5
Título factual/descritivo	1	2		5	8
Título Crítico	2	1	3	1	7
▼ Seletividade de aspetos do conflito					0
Omissão de eventos/atores	3		7		10
Presença de contexto histórico	2	23	14	38	77
▼ Linguagem tendenciosa					0
Crítica ao Irão	9		3	2	14
Crítica à Esquerda	13		21	1	35
Crítica à Direita				5	5
Crítica à Comunicação Social	8	15	12	13	48
Atribuição implícita de culpa ao Har	9		33	3	45
Atribuição implícita de culpa a Israe	1	16	9	16	42
Utilização de termos com carga emi	25	17	43	15	100
▼ Fontes Citadas					0
Predominância de fontes médio-ori		4		6	10
Predominância de fontes ocidentais		1	3	9	13
Σ SOMA	134	104	276	146	660

Anexo IV - Distribuição de Títulos e Frequência por Meio de Comunicação

Tabela A4 - Distribuição de Títulos (Produção através do Software MAXQDA)

Lista de Códigos	Observador 2024	Le Monde Diplomatique 2024	Observador 2023	Le Monde Diplomatique 2023	SOMA
Seleção e Saliência					0
Título Emocional	2	1	2		5
Título valorativo/avaliativo	4	3	6	4	17
Título irónico/sarcástico	1		3	1	5
Título factual/descritivo	1	2		5	8
Título Crítico	2	1	3	1	7
Σ SOMA	10	7	14	11	42

Gráfico A1 - Gráfico de Frequência por Ano e Meio de Comunicação (Produção através do Software MAXQDA)

